

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MORRO DO MOCOTÓ:

Um processo de organização comunitária construindo a cidadania

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Assistente Social pela acadêmica.

KRYSTYNA MATYS COSTA
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

ELOÁ TEREZINHA MARTINS

Florianópolis (SC), dezembro de 1994.

"Dedico este trabalho às pessoas comprometidas com uma tarefa séria, que acreditam na transformação desta sociedade, não apenas no aspecto material, mas que a vida do ser humano seja transformado por completo.

Dedico também à supervisora de campo, Gisele Cunha, que não mediu esforços para me ajudar a entender esse processo comunitário, esteve sempre disposta a responder minhas dúvidas e soube compreender meus limites enquanto acadêmica".

AGRADECIMENTO ESPECIAL

- Agradeço a Jesus que esteve presente em todos os momentos de minha "caminhada principalmente nestes quatro anos, em meio a batalhas rumo à formação a nível de terceiro grau - universidade;
- Nos momentos que me senti abandonada pelas pessoas, tomei posse das palavras do mestre que diz: jamais abandonarei um filho (Sal.9.10);
- Nos momentos em que senti incapacidade de levar em frente o curso, não faltou um irmão que dissesse, Eloá, você é filha do Rei Jesus, e Õ teu nome significa Deus. Vá em frente;
- Nos momentos em que senti muito sono, depois que trabalhei uma noite inteira na emergência do hospital, quando os olhos pesavam, uma força maior que estava dentro de mim, renovava minhas forças, como águia, correm e não se cansam. (Isaias, 40-31)
- Nos momentos em que senti fome e que não tive nada para comer, não faltou sequer uma pessoa a me chamar para fazer uma refeição em sua casa.
- Nos momentos em que atravessassei noites estudando, senti paz, tranquilidade, e sabedoria que vem do mestre...
- Tudo isso devo a ti, Senhor "Jesus" que permitiu mais essa vitória em minha vida.
- A Ti meu mestre, dedico este "diploma".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO I	
MORRO DO MOCOTÓ: PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	07
1.1. Sua História	07
1.2. As diferentes formas de organização: forças internas ...	18
1.3. Desafios que a comunidade encontra diante de sua organi- zação	36
CAPÍTULO II	
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICI- PAIS	48
2.1. Administração pública municipal	48
2.2. Que políticas são essas?.....	49
2.3. CEDEF: força articuladora junto às comunidades	74
2.4. Serviço Social trabalhando numa perspectiva de organiza- ção popular	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
BIBLIOGRAFIA	89
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

O Brasil faz parte das modernas sociedades industriais, produtivistas e burocratizadas, onde impera a razão calculadora que rege a economia monetária de mercado que, por sua vez, gera a consequência da perda da identidade, que nas palavras de Matos:

"A individualidade agoniza nas sociedades burocratizadas e aburguesadas, nas quais nada escapa das leis de mercado, nas quais o homem só existe como sujeito e objeto econômico. Nelas se verifica um processo de fragmentação da identidade e de "mutilação de ego": não há mais espaço para o prazer, para o amor desinteressado e gratuito!!

Entre as perdas de identidade está o amor que passa a ser ritmar à aceleração da história da produção econômica. A memória se torna supérflua em um mundo no qual o homem é tratado como mera função de objeto e o papel de sujeito de sua história é abafado pelo ritmo do capital.

É na perspectiva de resgatar essa identidade, como direito à cidadania, que o Serviço Social foi até a comunidade do Mocotó para sentir a realidade, presenciar o seu cotidiano, buscando refletir em conjunto com os moradores sobre o significado das contradições que os cercam, respondendo entre muitas pergun-

tas será que os homens que habitam esses aglomerados humanos, os "ditos favelados" terão perdido a identidade e a identificação profunda com seus semelhantes?

Para clarear essas questões buscamos apoio na teoria crítico-dialética que percebe a sociedade capitalista como espaço contraditório onde o econômico determina a posição das pessoas, dividindo-as em duas grandes classes - ricas e pobres - que estarão em constantes contradições, criando um movimento de conquista de espaço entre uma e outra.

Nesse contexto de contradições e de dura realidade do dia-a-dia dos moradores, estabeleceu-se uma relação de troca de conhecimentos entre o científico/empírico-prático. Na função de estagiária de Serviço Social foi possível ir superando a retórica tradicional: "eu vou com o saber científico e o outro lado não sabe nada"; na aproximação e convivência foram obtidas grandes descobertas do saber popular, conhecendo uma linguagem simples e com gírias específicas do local.

Em cada visita à comunidade, cada encontro, cada conversa, cada sorriso, fomos nos conhecendo melhor, como fui também conhecendo o trânsito de sua história, ouvindo e juntando pequenas partes contadas e vividas pelos seus sujeitos, foi possível a montagem do quebra-cabeças que é apresentada no decorrer deste trabalho.

Partindo da prática de ouvir os moradores contando as suas histórias de vida e acompanhando o seu dia-a-dia para registrar a história do Mocotó, foi necessário fazer uso da História Oral (teoria tecnia) de Carlos Humberto P. Corrêa que conceitua:

"A história oral é essencialmente uma história da vida, que ao historiador ou ao pesquisador interessa somente aquela determinada pessoa que presta informações, pois só ela tem condições para tal, por suas experiências. Um conjunto de entrevistas de História Oral não serve para uma análise quantitativa como fazem as outras ciências sociais, mas completa-se entre si com informações variadas, em função de vivências pessoais distintas..."

Continua o mesmo autor:

"A história oral tem como objetivo, portanto, preparar documentos gravados e transcritos para serem utilizados pelos pesquisadores do futuro."

(Corrêa, 1979, pg. 15)

No primeiro capítulo registram-se a história do Moco-tó, suas diferentes formas de organizações e os desafios que a comunidade encontra.

No segundo capítulo, considera-se a associação de moradores como um instrumento da organização popular, onde somam-se as forças das diferentes formas de lutas, resistindo às pressões do poder governamental, percebendo nas políticas públicas um canal de possibilidades de negociação. Busca-se também o CE-DEF como entidade de assessoria junto às comunidades capazes de intermediar essa relação poder público e sociedade civil. Também registram-se neste capítulo a intervenção do Serviço Social em todo o processo da organização comunitária numa perspectiva de transformação.

CAPÍTULO I

MORRO DO MOCOTÓ:

PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO MORRO DO MOCOTÓ

1.1. Sua História

Mocotó - é o nome que recebe a "pata" do boi, carneiro, porco, etc. O mocotó acha-se limitado pelas unhas numa extremidade e na outra pelo calcanhar, ou como é mais comumente conhecido, pelo "joelho" do animal. Mocotó é também o nome de preparação típica brasileira feita com a pata da vaca ou com o mocotó propriamente dito, acrescido, às vezes, de tripas e vísceras do animal e temperos a gosto.

É um prato de origem afro com alto valor nutritivo, contém proteínas, gorduras e hidratos de carbono. É particularmente rico em cálcio que provém dos ossos, em especial quando se acrescenta alguma substância ácida (vinagre, limão), que ajuda a solubilizar o cálcio (vide receitas - anexo 1). Segundo alguns apreciadores deste alimento, referem que após sua ingestão, sobe uma corrente calórica no sangue (calorão).

Por ser de pouco consumo, hoje, o mocotó não é encontrado em abundância. Mas toda sua trajetória registra grande

consumo, principalmente para a camada da população pobre. Enquanto o rico consome a parte melhor do boi, ao pobre cabe os miúdos e o osso.

"O mocotó tem origem dos escravos negros, sim. "Os Senhores de Engenho", ficavam com o melhor das carnes, e, davam aos escravos os ossos, vísceras, etc.. Os pratos que são compostos de ossos e vísceras, tem essa origem, como: Feijoada, Dobradinha, Cozido com Tutano Mocotó etc."

(Contribuição da Nutricionista)
Maria Alice Lagos Cke

Essa mesma conotação de diferenças sociais a partir da própria alimentação está configurada na trajetória de um povo que habita a encosta do Morro da Capital de Florianópolis, ao lado do Hospital de Caridade e do Exército.

Há quase cem anos esse morro recebeu o nome de "Morro do Mocotó" a partir de uma necessidade básica do homem trabalhador. Sua história é contada pelos moradores mais antigos com saudades desse tempo, porém marcados pela luta. Suas primeiras ocupações estão estimadas a partir de 1900. Os primeiros moradores na sua maioria eram peixeiros, carregadores, serventes na construção da Ponte Hercílio Luz e no atendimento aos marinheiros quando ancoravam seus navios no Porto da Capital.

Ao desembarcar, os marinheiros acompanhavam seu Tibita (in memorium) que era marinheiro também e, em sua casa, a comida servida era mocotó, alimento de fácil acesso pelo baixo custo e de grande substância alimentar, era comum nas demais casas do morro.

As mulheres, além de prepararem o alimento, lavavam as roupas dos marinheiros e dos hotéis onde estes se hospedavam, contribuindo, assim, no sustento da família, porque havia muita pobreza no morro e, aos poucos, o número de famílias ia aumentando e os barracos eram construídos à noite devido ao impedimento do exército que embargava as construções o quanto podia; mesmo assim, as famílias se alojavam embaixo de improvisadas cobertas garantindo um espaço para morar.

Essa coerção militar se dava não só porque o país vivia sob uma ordem militarista, como também a propriedade da terra era do exército. Eles exerciam a força pela não ocupação. Talvez essa coerção se acentuasse além de seus próprios limites porque, na época, também os militares se sentiam donos do poder. Então, eles não só cumpriam o papel a nível de Exército, mas também tinham apoio de uma força política muito grande por estar num governo de alta influência militar, numa relação de sustentação entre o governo estadual e federal.

Aí percebemos como se configura essa cidade: vêm chegando pessoas, muitas delas vindas para ajudar a construir a ponte Hercílio Luz, em 1926, e se instalavam em qualquer lugar, e muitas famílias que moravam no espaço onde seria construída a ponte, foram expulsas, ou melhor, tiveram que procurar outros lugares. Muitos ocuparam o morro ainda que sob pressão militar, mas não havia outra alternativa já que a população sobrevivia de trabalhos; na cidade, a maioria trabalhava no mercado público, limpando e descarregando peixe, levando o peixe do navio até o circuito do mercado, ou ainda, como nos contou numa entrevista

dona Luci, que no início da ocupação do Morro, muitos homens trabalhavam com carrinho-de-mão numa firma alemã que ela não lembrou o nome distribuidora de óleo em tambor para os navios, e a entrega era feita por esse tipo de transporte. "Era um trabalho muito pesado e por isso eles precisavam de comida forte" (Mocotó).

Então, notamos como o trabalhador ficava na dependência de fixar moradia mais próxima ao local de trabalho. Tudo estava em função do Porto. Nessa época não existia ônibus circular, o meio de transporte era o cavalo, a charrete ou o carro-de-boi, mas apenas para uma camada da população.

É o que nos conta uma pessoa fantástica, com uma história de vida monumental.

Ele foi um dos trinta e seis homens que trabalharam na construção da Ponte Mercílio Luz. Procurei-o para ver se ele conheceu algum trabalhador do Mocotó e qual seu conhecimento da relação da construção da Ponte com famílias que moravam no local da obra.

Seu Cândido Machado fez 91 anos no dia 07 de outubro de 1994, ainda muito lúcido, aposentado, morador do Bairro Saco Grande, vive na companhia de uma senhora de 65 anos, Dona Santinha, que serviu como intérprete de minhas palavras, porque ele quase não ouve e, pela pronúncia da companheira ele identificava melhor minhas perguntas.

Quanto à ocupação do morro do Mocotó ele pôde contribuir pouco, mas logo o identificou como Morro do Governo, como era conhecido. Contou sobre a existência de uma pinguela (ponte

pêncil) sobre o riacho no pé do Morro. E foi resgatando a história da cidade de um modo geral.

Lembrou dos muitos quilômetros que precisou caminhar do Bairro Monte Verde onde morava ao trabalho, na construção da Ponte. Precisava levantar às quatro horas da manhã para chegar no horário. Não existia ônibus e ele não tinha cavalo.

"Trabalhávamos sem nenhum contrato legal, servíamos até quando eles queriam. Eu sempre fui muito certo, então, fiquei até a inauguração".

Contou que a única família que continuou morando embaixo da ponte foram os pais de uma namorada dele que fazia costura para os trabalhadores da ponte.

Seu Cândido também ajudou a tirar as tábuas da Ponte para que a tropa da revolução de 1930 não entrasse na Capital mas foi em vão, eles passaram mesmo assim.

"Tivemos que fugir do tiroteio das tropas em rumo à tomada da capital".

Para entender esse período, é importante fazer um resgate da história do país, a partir de 1929, com o fim da República Velha e o período chamado "Revolucionário" que tem início com o fim do Governo de Washington Luiz.

No final do governo de Washington Luiz houve uma crise política ocasionada pela luta sucessora.

Conforme acordo político, o direito à sua sucessão cabia a um candidato de Minas Gerais. Deixando de lado o acordo, Washington Luiz indicou para a presidência o candidato do PRP

(Partido Republicano Paulista), Júlio Prestes.

O candidato de Minas do PRM (Partido Republicano Mineiro) sentiu-se preterido e articulou uma candidatura de oposição. Foi buscar apoio no Rio Grande do Sul e lança a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, da Paraíba, para vice e ganha apoio dos Tenentes. Mas Júlio Prestes é eleito em 1º de maio de 1930.

Cria-se, então, um inconformismo político e se inicia uma fermentação revolucionária por parte da coligação Getúlio Vargas. Faltava apenas o estopim para início da luta, o que se dá com o assassinato de João Pessoa, crime que serviu de bandeira para o movimento. No sul, as tropas revolucionárias comandadas por Getúlio Vargas e pelo Tenente Góes Monteiro partem de trem para o Rio de Janeiro - Capital - onde tomam o palácio.

A crise econômica abalava o país, em 1930, caracterizada pela crise dos produtores do café, que na sua maioria faliram devido à retração do mercado consumidor, suspensão do financiamento para a estocagem do café e a exigência da liquidação imediata dos débitos acumulados. Recorde-se que o café era a principal mercadoria de exportação do Brasil.

Nessa conjuntura de instabilidade econômica e política, o senhor Getúlio Dorneles Vargas assume o poder, dando início à "Era Getulista", que vai de 1930 e se estende até 26 de outubro de 1945, quando é deposto pelo golpe arquitetado e conduzido pelos tradicionais chefes militares do Exército, Eurico

Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

Assim, os mesmos homens que colocaram Getúlio no poder foram responsáveis pela sua queda.

Infelizmente, Santa Catarina, devido à sua posição geográfica, entre as bases dos Varguistas, no Rio Grande do Sul, e o resto do país, teve de sofrer a invasão e a ocupação de partes de seu território e sentir, assim, mais profundamente, as conseqüências do movimento. Santa Catarina foi invadida dia 25 de outubro, dois dias após a explosão do Movimento Revolucionário no Rio Grande do Sul, quando deram entrada as primeiras colunas, nas palavras de um jornalista de O Estado, na edição de 25 de outubro de 1930.

Em conseqüência da Revolução de 1930, o Dr. Fúlvio Coriolano Aducci, que havia sido eleito para suceder Adolfo Konder no quadriênio 1930-34, não pôde concluir o seu tempo de administração. Foi substituído, a 25 de outubro de 1930, pelo General Ptolomeu de Assis Brasil, que assumiu como governador militar.

Busca-se, assim, compreender a história do Morro do Mocotó quanto às conseqüências desse movimento político econômico existente no país, com seus desdobramentos, aqui, em Santa Catarina.

Tais conseqüências estão claras na história de vida dessas pessoas que sofreram diretamente desenvolvimentos relacionados à administração militar paternalista.

Fica claro no relato da Sra Luci, 57 anos, moradora do Mocotó, diz que quem deu as telhas para cobrir a casa da sua mãe

foi o Dr. Aderbal¹. "Homem muito bom, sempre ajudava os pobres", afirma.

Essa contraditoriedade vai construindo a história do povo do Mocotó e também a construção da consciência dessas pessoas. Se o governo dá as telhas permitindo a construção da casa desta moradora, por outro lado não vacila em assinar e mandar o Exército ir ao Morro impedir a construção de outras casas, à base da força.

A sociedade capitalista ao mesmo tempo tem um jeito de lidar muito contraditoriamente com a questão humana e social. Ao mesmo tempo que ela exclui, inclui e mais, as suas relações com os sujeitos afirmam procedimento que os reconhecem como objetos.

Dando continuidade às características deste Morro, podemos conhecer um pouco mais do processo histórico quando registrei mais uma conversa de uma moradora que permitiu este momento importante de informações e não fez nenhuma questão que seu nome fosse substituído diante de inconveniências.

Dona Lacy Chaves, 57 anos, veio morar no morro com 18 anos de idade, desde que saiu do Orfanato São Vicente de Paula de Florianópolis, onde viveu desde seus seis anos. Mas sua mãe veio para o Morro quando migrou de Campos Novos para Tijucas e de Tijucas para Florianópolis - Mocotó. Veio em busca de recursos médicos para seu esposo que sofria de epilepsia e ascite

1. Dr. Aderbal Ramos da Silva, foi eleito em 13 de janeiro de 1947 governador pelo Estado de Santa Catarina.

(barriga d'água) que, segundo Lacy, esta doença é proveniente do uso excessivo de alho e cebola na comida, que afetou o fígado. Não teve muito tempo de vida, logo sua mãe conseguiu emprego no Restaurante "Rosa" na Praça XV e começou a construir sua casa. Embora de madeira, teve o privilégio de cobrir de telhas, quando, na maioria, eram cobertas de zinco ou de folhas de bananeira: ela conseguiu essa construção porque teve ajuda de um político. Esta casa foi uma entre as vinte primeiras casas do morro. "Onde não tinha casa era um monte de lixo. Apesar de eu ser criança ainda, mas eu vinha visitar minha mãe para ver minhas duas irmãs" (Isso mais ou menos no ano de 1955).

Dona Lacy comenta as dificuldades que passou no orfanato, o regime interno era rigoroso e que algumas meninas eram discriminadas. "As irmãs só ensinavam as mais bonitas. De sorte que eu era uma loira bonita, então, aprendi a bordar".

Seu sonho, ao sair do orfanato, era ter uma boneca e poder dormir junto com ela na sua cama. De fato, com dezoito anos ganhou a boneca, e na primeira noite que veio para casa de sua mãe colocou a boneca para dormir junto, só que, ao perceber isto a mãe desfez seu sonho tirando a boneca, dizendo que a filha era "louca" e que tinha que ir trabalhar.

Só que dona Lacy diz que não tinha preparo nenhum para ingressar no mercado de trabalho. E sua mãe não entendia a situação. Então o relacionamento tornou-se difícil até que um dia dona Lacy vai a um baile e conhece um rapaz, disse a ele que queria se casar e ele tinha a mesma intenção. Então foram morar juntos. Antes dessa decisão repentina, dona Lacy conta que du-

rante os quatro anos que morou com sua mãe foi noiva, teve vários namorados, só não teve mais namorados porque, quando eles subiam o Morro, os rapazes apanhavam dos amantes das mulheres da "zona".

"A violência aqui era muito grande. Tinha mais ou menos quatro casas de prostituição. E quando subia um rapaz estranho, os homens sentiam ciúmes e sentavam a madeira neles".

Aos poucos, essas mulheres foram se casando e foi acalmando essa violência; em compensação, começou a entrar a droga no Morro, há mais ou menos uns quinze anos atrás, por causa de uma dessas mulheres também que trouxe um homem de Santos, com ele vieram três sobrinhos que não trabalhavam e vendiam maconha que trouxeram com eles, só que ainda tinham muito "sigilo" nas vendas.

"Nosso mal nessa época, foi pedir para polícia não subir muito no Morro, porque eles vinham procurar roubos e prostitutas a cavalo. Eles vinham atirando de revólver e nós tínhamos medo, com isso, o campo ficou livre para a circulação da droga. Teve até mortes como o caso do casal Marçal e Cidalha, encontrados mortos sem saber a origem do assassinato; esse casal tinha uma casa "boa" de alvenaria, eram donos de uma venda, o filho desse casal foi funcionário da Universidade, hoje é difícil porque a droga está muito aberta, mas antes a violência era pior, analisa dona Lacy.

Dona Lacy teve três filhos, separou cedo do esposo, mas diz com orgulho que nunca deixou seus filhos passarem fome. Ela trabalhou muito no "Mari Hotel" de onde trazia muita comida depois de festas e banquetes que podiam comer a semana toda e

ainda ganhava gorjetas dos hóspedes. Também vendeu muito jornal velho para ajudar na Companhia Nacional do Educandário Gratuito, hoje CNEC, onde trabalha há mais de vinte anos e fez questão de mencionar que ganha mais ou menos quatro salários mínimos. E entre as muitas fotografias que mostrou com seus colegas de trabalho, estava uma com seu chefe trazendo no verso uma dedicatória reforçando a grande admiração pelo trabalho e a amizade de dona Lacy.

Estão presentes nas palavras e atos de dona Lacy a luta e a participação na ação coletiva. Em toda sua história se percebe o espírito de solidariedade e participação nas ações organizadas. Desde a primeira eleição para Associação de Moradores do Morro do Mocotó esteve assumindo cargos na diretoria².

Tem grande participação junto à Casa da Criança do Mocotó trabalhando com um grupo de adolescentes onde ensina bordado às meninas uma vez por semana, desenvolvendo um dos objetivos dessa entidade que é ocupar o tempo disponível das crianças que estudam meio período. Ensina uma profissão que também aprendeu quando criança, no orfanato, e hoje, além de ser uma alternativa de renda, é uma forma de trabalhar na criança a questão da formação de consciência de organização coletiva, o que abre caminho a um futuro comprometido com o ser social ao trabalhar as diferentes formas de Organização, fortalecendo as lutas internas, levando a uma ação pela Cidadania.

2. Na gestão de 1987 secretária até janeiro de 1988.
Na gestão de 1989 foi vice presidente
Nas demais gestões atuou como sócia.

1.2. Diferentes Formas de Organização:

Forças Internas

O processo de reflexão e organização dos moradores do Morro do Mocotó, desde seu início, teve grande participação de "agentes externos", "assessores" ou mediadores (religiosos, agentes pastorais, instituições governamentais e não-governamentais, educadores e outros); assumiram significativa importância na articulação e desenvolvimento das lutas junto à comunidade. Destacam-se as representações que estes atores elaboraram em torno da sua interação, das suas práticas na perspectiva de mudança social, baseados no quadro de demandas do dia-a-dia dos moradores. As reflexões com as famílias tinham como ponto de convergência a luta pelas suas necessidades básicas, buscando melhores condições de vida, muitas vezes com atitudes paternalista, como na visita de agentes religiosas funcionárias do hospital do exército, levando apoio, roupas e comidas às famílias necessitadas desde as primeiras ocupações do morro em 1910.

A ação destes mediadores, ou agentes externos, se inicia na década dos 70, através da aproximação com pequenos grupos, a princípio de casa em casa, eles vão procurando conscientizar a população a respeito de seus problemas de saúde, infraestrutura (abastecimento de água, iluminação pública, drenagens, pavimentação, coleta de lixo, etc). Enfim, foram caminhos abertos para que a comunidade começasse a se organizar com a possibilidade de ampliar o nível da prática política e a participação, coleta coletiva.

Entre as muitas reflexões feitas, surge a idéia da necessidade de uma creche para os filhos cujos pais trabalham fora o dia inteiro para garantir a sobrevivência.

Surgiu, então, em 1976, a primeira obra respondendo a essa preocupação. Ainda que em local improvisado, funcionando num clube no morro que até então estava fechado o que serviu de abrigo para as crianças até a construção da nova creche, em 1977, localizada na rua 13 de maio s/n, atende em média 100 crianças de 0 a 5 anos. Em 94, foram matriculadas 105 crianças; são frequentes mais ou menos 80, embora sua capacidade seja para até 120 crianças.

Sua manutenção está aos cuidados da Fundação Alfa Gente com um quadro de doze funcionários, sendo seis da própria comunidade.

Funciona junto à creche um postinho de saúde que realiza trabalho voluntário, atendendo à comunidade e ensinando remédios caseiros à base de ervas. Neste posto não tem médico.

O depoimento da moradora ilustra essa passagem.

"A Nossa História é pela Bíblia, diz dona Claudete, 57 anos. No começo, o Mocotó era meio dividido. A parte de baixo não se introzava com a parte de cima. Então, quando a irmã Bete apareceu no morro, mais ou menos em 1970, ela nos pareceu uma pessoa de confiança; então ela e mais alguns seminaristas do ITESC (Instituto Teolog. de S.C.) começamos a refletir sobre os problemas mais urgentes como água, por exemplo, só chegava até a metade do Morro, aqui em cima nos servíamos da fonte onde lavavam-se roupas e do poço para beber sem nenhum tratamento na água, puxando a balde, a distância. Também as crianças eram um sério problema, não tinham onde ficar para as mães trabalhar

fora.

Juntos começamos um trabalho de reflexão a partir da bíblia. Nos reunimos em diferentes casas num grupo pequeno, café - grupo com um desses religiosos e depois discutíamos os problemas e encaminhávamos trabalhos pesados como organizar mutirões para limpar os poços de água. "Muitas vezes quando os homens não tinham iniciativa eu mesma começava depois eles vinham chegando", salienta.

Tirávamos sempre uma comissão para buscar recursos junto à prefeitura e à CASAN na tentativa de conseguir água encanada para todo o Morro.

O trabalho sempre foi voluntário tanto da parte deles (agentes externos) como eu, me colocava à disposição no que fosse preciso, muitas vezes fui à Universidade a pedido dos alunos para falar da nossa realidade e da experiência trabalhar de forma organizada. "Que é muito diferente da mordomia deles".

A irmã e um padre legalizaram muitos casamentos, que viviam apenas junto, fizeram muitos batizados.

Dai começaram vir médicos residentes do Hospital Infantil fazer trabalhos de comunidade, eles orientavam as mães para as crianças não desidratarem e também tratavam as verminoses. Cada mês passava um médico com especialidades diferentes, até ginecologistas vinham e atendiam no postinho logo que abriu a creche em 1976.

Eu trabalhei como atendente no início do postinho junto com a creche. Eu que levava as crianças da creche para o médico examinar, colhia os exames e levava o material para o DASP - Departamento de Saúde Pública fazer os exames. Eu levava o material para esterelizar no Hospital de Caridade, nós não tínhamos estufa. Eu buscava medicamento na CEME - Central de Medicamentos.

Inclusive o médico fazia pedido de medicamentos em nome daquelas crianças que não estavam doentes para ter estoque de medicamentos básicos, como: penicilina, novalgina, xarope, enfim a gente trabalhava por "amor a camisa".

Dona Claudete nos conta que em 81 fez o curso de Agente de Saúde com mais de dez mulheres do Morro oferecido pela Pastoral da Saúde, com duração de 60 horas. Que hoje funciona como Comissão de Saúde, sendo uma das formas de organização dentro da comunidade.

Dois destes agentes atuam no Conselho Municipal de Saúde "Fórum Popular da Saúde"

Este depoimento mostra a construção da relação entre os moradores e agentes externos no qual vão descobrindo que nos programas coletivos é possível ir delimitando caminhos para a superação da condição de excluídos.

1.2.1. Associação de moradores

Desde maio de 1983, a comunidade do Morro do Mocotó é representada por uma associação de moradores que luta por melhores condições dessa comunidade, conseqüentemente, melhores condições de vida, visto que esta seria uma das melhores formas de organização popular visando conseguir satisfazer as necessidades comuns a todos os moradores.

Foi a partir da leitura e da convivência com essa realidade que se criou e fortaleceu a organização desse movimento.

De acordo com Jacobi (1988, pg. 49)

"Os movimentos sociais têm tornado manifesto uma identidade que concretiza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos que, relacionada diretamente com a aplicação do espaço de cidadania, dê lugar ao reconhecimento público das carências".

Entendemos a associação de moradores como uma ferramenta ou instrumento que os moradores têm para lutarem junto às outras organizações populares, reivindicando aos poderes públicos um atendimento às suas necessidades humanas e sociais.

Com a referência acima, a associação de moradores poderia perfeitamente assumir um processo de ação-reflexão concreto, convertendo-se num espaço centralizador, autoritário, pensando e decidindo pelos moradores.

Pelo contrário, a comunidade tem demonstrado em sua trajetória, período em que o Serviço Social fez acompanhamento, um trabalho com a comunidade, apesar de lento e com poucos participantes, que tem caminhado numa ação democrática. Com o cuidado de não atropelar certas decisões, ela tem respeitado outras iniciativas, deixando de exercer determinadas tarefas de sua atribuição possibilitando que outras organizações internas possam também servir como referência na comunidade. Na avaliação de uma liderança externa, esta atitude é objeto de crítica:

"A associação dos moradores está muito acomodada, tem deixado concentrar certas decisões e informações na Casa da Criança que aliás, tem prejudicado a organização da comunidade como também sobrecarrega a Casa da Criança, se todos os educadores interessados em trabalhar com a comunidade tendo a casa como referência, o que não deve acontecer é sem a associação de moradores decidir que tipo de estágios ela quer para a comunidade enquanto representante dos moradores".

Foi nesse espaço de discussões dos problemas referentes à comunidade, envolvendo diferentes sujeitos e diferentes concepções de homem e de mundo, como também não trabalhando apenas as lideranças, mas todos os participantes, é que o Serviço Social concentrou neste espaço sua base de intervenção, fato que será melhor detalhado no capítulo II.

1.2.2. Casa da criança

Em 1987, foi feito um projeto para a construção da Casa da Criança, que vinha responder a uma necessidade de muitas crianças que saíam da creche quando completavam sete anos de idade e muitos deles não tinham com quem ficar quando os pais saíam para trabalhar. Muitas vezes, sem comida, eles saíam pelas ruas; o número de crianças aumentava diariamente e nesse mesmo ano houve uma expansão de famílias, no Morro, com isso a preocupação dos educadores e pessoas envolvidas com o social também aumentou.

Primeiramente, iniciou-se um atendimento a essas crianças na casa das irmãs da Fraternidade Esperança, que ao mesmo tempo funcionava como escola em duas salas de aula de primeira a quarta série, como extensão do Colégio das Irmãs da Imaculada Conceição, uma casinha de madeira bastante velha, doação de dona Cristine Lengert, de Itapiranga - Oeste Catarinense. Os professores eram pagos pelo mesmo colégio, mais alguns voluntários religiosos.

A partir dessa época se contou com assessoria da ASA - Ação Social Arquediocesana - e educadores que tinham um trabalho de comunidade de periferia, entre eles o Mocotó, e nisso a irmã Hedvíges começou a participar nesses espaços com grupos através de reuniões para levantar idéias de como se poderia criar uma estrutura e uma ação pedagógica com as crianças pré-adolescentes, adolescentes e jovens.

Então, pensou-se em construir no espaço dessa escolinha que já não existia mais, elaboraram um projeto através da Associação de Moradores, assessorado pela ASA que encaminhou para FUNABEM, hoje CEBIA - Centro Brasileiro de Infância e Adolescência, para viabilidade de conseguir verbas de manutenção e para a própria construção. Aprovado o projeto, a Associação de Moradores cedeu o terreno e o nome e a construção se realizou em 88, com o objetivo de dar uma colaboração para que as crianças permaneçam na escola, ajuda alimentar e sobretudo, ocupar o tempo fora de aula, evitando assim maior tempo na rua e começar com algo profissionalizante, com pintura, marcenaria, bordado e outros.

O objetivo estava claro, a escritura em mãos, a casa estava pronta, mas só funcionava com voluntários, não tinha funcionários pagos. Então, a única pessoa disponível para assumir era a irmã Hedvigés e outros voluntários que dispunham de uma tarde, um dia, enfim, dessa maneira funcionou por muito tempo, até que a ASA e a irmã Hedvigés buscaram parceria com a UDESC na perspectiva de levar para o Morro educadores bolsistas para trabalhar com as crianças conteúdos pedagógicos não voluntaristas. Com o passar do tempo, a ASA sofreu uma reestruturação, mudou a direção alterando a dinâmica de trabalho da entidade, então não foi mais possível continuar dando assessoria direta à Casa da Criança.

É nesse contexto que a Fundação Fé e Alegria dá continuidade à assessoria, a partir de janeiro de 93. Há quem faz negociações com outras instituições, busca parcerias e faz a ponte

entre estes órgãos e a Casa da Criança no repasse das verbas ou outro recurso qualquer para a manutenção da Casa, como mantém negociação com a COMCAP que comprometeu-se com parte da alimentação das crianças, distribuindo alimento básico quinzenalmente. Articula outros contratos também, onde conseguiu agasalhos de moleton, junto ao bazar do Colégio Catarinense. Este mesmo colégio manteve por determinado tempo dois professores; senhora do LIC - Lagoa Iate Clube teve uma contribuição nos recursos; Womens Club - fazem repasse de alguma verba onde foi possível contratar um professor de quarenta horas para educação esportiva; a fundação ALFA GENTE repassa um salário mínimo para pagar a merendeira.

Hoje existe um projeto de manutenção pela Prefeitura de Florianópolis: no início da administração da Frente Popular, o Mocotó levou um projeto via Fé & Alegria, onde foram liberados três professores, garantidos por um ano, ao término desse contrato, tentou-se renovação, mas foi vetada. Porém, a Prefeitura comprometeu-se em mandar recursos financeiros para que a própria casa contratasse professores, só que esse recurso levou nove meses, ou seja, desde janeiro até setembro de 94 para liberar um mil e quinhentos reais pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, alegando que a Secretaria da Educação não sustenta tal tipo de trabalho "alternativo" e que pertence à área social, e não da educação.

Esse contrato é por mais um ano, de setembro de 94 a setembro de 95, depois dependerá de novas negociações.

"Nós, da Fé & Alegria apenas damos assessoria, mas a idéia é que a própria comunidade possa assumir esses projetos, não temos recursos próprios, também dependemos de projetos, batalhamos outros meios para que a Casa da Criança possa caminhar sozinha, criar sua própria estrutura, contratar funcionários através de projetos internacionais, criar parcerias com empresários, órgãos públicos, ou com a própria comunidade, desde que se possa garantir. E o instrumento de formação dessa consciência são as reuniões com a comissão de educação.

Estes encontros de Educação que se fazem quinzenalmente na própria casa. E no momento, os participantes estão discutindo o projeto de legalização jurídica da casa para esse fim, a autonomia"

(Pedro da Fé S. Alegria)

Hoje a Casa da Criança do Mocotó conta com um quadro de atividades esportivas com as crianças que frequentam a casa.

Alfredo, professor de Educação Esportiva trabalha quarenta horas semanais, atende em média 15 a 20 crianças cada turma. Idade de sete a quatorze anos hoje, mas já trabalhou anteriormente até 17 anos. Procura sempre trabalhar com meninos e meninas juntos - turmas mistas.

Local para atividades esportivas é Bahia Sul e a "Boca do Vento" - Platô-alto do morro.

Metodologia usada-global - apartir do jogo total ou seja, ensina o todo e desenvolve as partes.

"Procuro adaptar a forma de trabalho, a partir da realidade resgatando as brincadeiras deles próprios, mas também tem dias que eles querem aprender com professor atividades novas"

Esse método de trabalho com esportes vai ao encontro da experiência em alfabetização de Antonio Leal que diz: "...O método é o caminho dominante. Sem alternativas. Quando o caminho, ao meu ver, devia ir sendo aberto pela turma, pelo grupo. O método não deve atropelar ninguém." (1982, pg 14)

Em sua avaliação quanto à violência no Morro, diz ele que o problema maior não é a droga, mas a família em si. São crianças sem pai, sem mãe. vivem numa casa sem condições de habitação, convivem num amontoado de pessoas, como é o caso do F. que mora com oito pessoas em duas peças, ou talvez hoje tenha até mais que isso. Outra situação parecida é o da E.R. de 11 anos, que foi espancada pelo pai e quando chegou na aula, expressou toda aquela raiva reprimida. "é difícil trabalhar com as crianças, por causa dessas atitudes, eles estão brincando tudo bem, de repente, sai brigando com todos, e, isso, é reflexo da família." No depoimento do professor fica clara a relação forte de afetividade entre educador e educandos.

"Teve uma menina outro dia que disse. Alfredo é meu pai. Eu queria sair do Morro, mas não tenho coragem de deixar as crianças".

Quanto à relação com o Serviço Social ele pensa que este tem muito a contribuir nesse trabalho com as crianças, indo até as casas, fazendo contato e repensando uma reestruturação com estas famílias, questionando com as mães por quê que as crianças não acordam cedo para vir à escola.

1.2.3. Teologia

Dentro das diferentes forças de organização do Mocotó, encontra-se a IEOLOGIA como Força Interna dentro da comunidade e também vinculado a Forças Externas, como é vínculo com TEOLOGIA POPULAR oferecido pelo Setor de Teologia do CEDEP. Este curso já existe há três anos e é ministrado por seminaristas (estudantes de teologia) e têm a duração de dois anos entre teoria e prática com o objetivo de formar lideranças comunitárias em teologia popular, capacitando as pessoas no desenvolvimento de suas atividades na comunidade.

O CEDEP sentiu a necessidade de formar lideranças religiosas, que estivessem ligadas diretamente com a realidade da comunidade a pedido da própria comunidade, mediante às necessidades de uma formação com expressão religiosa.

O conteúdo ministrado no curso é sistematizado em conjunto (CEDEP/ITESC) a partir do ouvir das pessoas da comunidade, para que este conteúdo venha ao encontro das necessidades.

A metodologia usada é um processo de interação entre os coordenadores e participantes comunitários, ou seja é uma metodologia flexível, pensada no grupo. A idéia é trabalhar com o grupo e não levar uma receita pronta e sim levantar e formular uma ação-teológica a partir da necessidade da própria comunidade.

A coordenação pelo ITESC está composta por quatro pessoas: Amarildo, Vilmar, Jupira e Secretária Sirlei. Pelo CEDEP quem coordena é o Pe Alcione encarregado mais da parte

teórica.

Os coordenadores se encarregam da parte metodológica e encaminhamento de modo geral, fazendo cronograma, discutindo conteúdo e dinâmica.

Dentro desse curso de Teologia Popular participam três moradores do Morro do Mocotó: Anagibe, Raul e Neide.

Dentre estes participantes da Teologia Popular existe um estudante de Teologia vinculado ao CEDEP que atua nesta comunidade especificamente com CATEQUESE para jovens e adultos, liturgia e celebrações, ou seja preparação de pessoas interessadas em cumprir os sacramentos (batismo, crisma, primeira comunhão, matrimônio...).

"Dentro destas atividades busca-se desenvolver na pessoas a consciência crítica e o espírito de organização que permita à pessoa o pleno exercício da cidadania, que segundo a professora Ilse Cherer só se consegue ser cidadão se for respeitada a diversidade de culturas para que se chegue à verdadeira democracia".

(Estudante de Teologia Moacir)

1.2.4. Cultura negra no morro e o carnaval

Não poderia começar falar de cultura negra sem resgatar a figura importante de dona Maria Felipe, (vide anexo 2, fotos do seu ultimo aniversário). Escrava dos senhores de engenho, morreu há mais ou menos 33 anos com 134 anos de vida.

Estes relatos e fotografias hoje são resgatados por sua sobrinha Dona Loucimar - Luci - prima-irmã do seu Tibila, figura conhecida historicamente no Morro por acompanhar os marinheiros até a casa de seu pai, também com o mesmo apelido, para comer o famoso mocotó.

E, agora, analisando a relação do prato do mocotó que no início este trabalho ilustrou, vimos ser originário dos escravos negros, e certamente Dona Felipe trouxe esse costume da sua vivência como escrava. Segundo nos conta sua sobrinha Dona Lucimara, 57, que a "velhinha", como ela chama, sempre lembrou com saudades desse tempo e dizia que o seu Senhor de Engenho a tratava muito bem. "Não foi amarrada nem espancada".

Hoje essa cultura negra está estampada no Morro. A grande maioria da população é da raça negra, só a família de dona Luci têm dez filhos; entre sobrinhos, netos, noras, genros está em torno de 40 pessoas sem contar primos de Dona Luci encontramos parentes que na maioria moram no Morro. Dentro dessa linhagem familiar está Carlão um "Destaque" no samba, filho de Dona Lucimar, ele é o organizador do grupo de samba. Na função de residente ele nos conta:

O Bloco Unidos do Mocotó foi campeão três vezes e três vezes vice, em 90,91,92, respectivamente. Hoje o bloco está com seis anos, fundado em 10/07/89. "Eu e minha família que formamos o "Unidos do Mocotó", a mão de obra é toda nossa (comunidade), desde alegoria de cabeça, fantasia, instrumentos, letra, músicas etc... Foi um trabalho que deu certo. apostamos na nossa cultura para trabalhar com as crianças, e tentar mudar a imagem negativa do Morro.

O nosso bloco nasceu em virtude do Morro estar muito presente na página policial acusado de coisas que muitas vezes não cometeu e a imprensa para vender mais jornal em qualquer comunidade e bota, tal fulano foi preso no Mocotó. Até que por um lado, foi bom, só assim a gente se estruturou para fazer um bloco na comunidade, e a gente saiu de página policial e fomos para a crônica social. Hoje contamos com uma sede própria no alto do Morro, gramado, e no Centro Social Urbano de Prainha funciona uma escolinha de judô, artes, aula de violão como resultado do Unidos e Centro Social Urbano.

Junto à Associação de Moradores, temos um trabalho em conjunto, não só com eles, mas com todas as organizações do Morro, com um objetivo único: crescer a qualidade do bairro e investir na criança, que é o futuro do amanhã.

Como lazer, temos futebol para as crianças - Unidos Esporte Clube - uma cria do bloco. Os adultos jogam dominó e cartas usando o espaço da sede para fazer torneio de dominó com jantar, em geral "mocotó", como também realizar-se bingos não só com intuito de angariar fundos mas como divertimentos. Temos também um projeto para uma cancha de boliche.

Outro projeto que pensamos realizar é com o "Bem Estar do Menor" vamos tentar um convênio com a ETFESC - Escola Técnica Federal - e legalizar todo o estacionamento de carros na cidade e fazer um horário especial para o menor trabalhar meio período de aula e o outro de trabalho recebendo por isso um salário fixo para que eles possam se manter e contribuir para renda familiar.

Eu já passei por isso. Fui guardador de carros com 17 anos, ou seja em 77, e não tinha renda garantida e isso gerava competitividade pelo espaço, levando até a violência. Hoje, o número de crianças na rua cresceu muito, é disputado esse mercado de trabalho não só entre eles, mas com jovens adultos e principalmente com empresários que privatizaram muitos estacionamentos.

Esse projeto já foi preocupação de alguns vereadores, mas nunca se efetivou.

Se eu me candidatar a vereador em 96, com certeza, será prioridade. Enquanto isso continuaremos batalhando na perspectiva de um grande carnaval em 95, onde o Unidos do Mocotó sairá como escola tendo como enredo "As

ervas curam", inspirado num livro antigo que fala de ervas e receitas. Os adereços de cabeça trarão os diferentes tipos de ervas".

1.2.5. Armazém comunitário

"AS COMUNIDADES CARENTES NÃO SÃO RECEPTORAS DE AJUDA, MAS PARCEIRAS NA LUTA PELA DIGNIDADE E PELA VIDA

(Frase que ilustrou o jornalzinho do Armazém Comunitário)

A idéia surgiu em agosto de 1993, durante as reuniões dos Grupos Comunitários na Catedral, que discutiam basicamente a formação de lideranças e a criação de fundo de moradia. Mais tarde o grupo começou a participar das reuniões do Comitê Regional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que se realizava no Estreito. Hoje o comitê funciona na sede da LBA, avenida Mauro Ramos, 722.

Nos Grupos Comunitários, o setor de Produção e Abastecimento do CEDEP esteve sempre junto, assessorando e ampliando a idéia, e entre os participantes foi escolhido um representante para coordenar junto com as comunidades o projeto, o nome escolhido foi do Roberto Iunskouski.

Nestas reuniões foram levantados os nomes das comunidades de baixa renda organizadas e interessadas em participar e levar para sua comunidade o projeto do Armazém Comunitário, entre eles: Pedregal, Chico Mendes, Vila Aparecida, Mocotó, Mont Serrat e Morro do Horácio.

No dia 9 de outubro foi inaugurado o armazém do Morro do Mocotó. Neste dia os 60Kg de arroz, 60Kg feijão, 90Kg de açúcar, 30Kg de sal, 20Kg de farinha de mandioca, 20Kg de trigo, 30 de macarrão, 20 de fubá e 15 latas de óleo de soja, foram vendidos cerca de 15 a 20% mais barato do que no comércio, e esvaziando imediatamente o estoque e recebendo sugestões para aumentar a quantidade e diversidade de produtos. Como de fato foi incluído, sabão, leite em pó, café, bolacha, pão e frango.

O armazém do Mocotó atende hoje cerca de 346 famílias, aproximadamente 1.200 pessoas que se alimentam dos produtos desta cesta básica, mais barata, e resultado de um trabalho voluntário. (anexo 3)

É possível vender mais barato porque não existe atravessador, ou intermediário, ou melhor, é mediado por comissões formadas por pessoas da própria comunidade, que trabalham de forma voluntária não recebendo nada por isso. O CEDEP é quem compra os produtos junto a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), o transporte é feito por um caminhão cedido pelo comitê, resultado do movimento de solidariedade entre os funcionários da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Eletrosul. Os produtos são da comunidade, e são vendidos entre sexta e sábado e já na segunda-feira o dinheiro é repassado por um dos responsáveis do armazém ao CEDEP que vai pagar a CONAB e fazer os novos pedidos.

Com quase um ano de funcionamento dos Armazéns Comunitários, no encontro de avaliação promovido pelo CEDEP viu-se a possibilidade de expansão do projeto. Na avaliação ficou claro

que os armazéns ainda não têm estrutura para bancarem aumento de produtos a serem oferecidos para a comunidade. O fundo de reserva comum ainda é pouco, serve apenas para manutenção do caminhão e outras emergências que aparecerem, ele é oriundo de uma pequena margem de lucro, cerca de R\$ 00,50 em cima dos produtos fabricados nas próprias comunidades como: pão, biscoito e sabão.

"O encontro ainda teve o mérito de promover a integração e aumentar a consciência crítica de cada um dos envolvidos. Ficou mais claro para os voluntários de que os armazéns são frutos da organização da comunidade e isso só pode fazer crescer o projeto."

(Informativo do CEDEP nº 4)

1.2.6. Comissão de saúde

A comissão da saúde, enquanto organização interna da Comunidade do Mocotó, começou a se reunir a partir de situações emergentes que perpassam o dia-a-dia dos moradores, nas manifestações de doenças e na falta de conhecimentos das pessoas na "prevenção, sobretudo nas doenças condizentes com a realidade local como: AIDS, Verminoses, Hipertensão arterial, doenças respiratórias e leptospirose".

Essa preocupação levantou-se numa reunião com a associação de moradores, percebendo a importância de formar uma comissão com os moradores bem como o Serviço Social, para discutir assuntos relativos à questão da saúde.

Chamaram para uma reunião no dia 23 de abril de 1994, algumas pessoas que fizeram o curso de atendente de saúde em anos anteriores, na própria comunidade, através de agentes da Pastoral da Saúde. Esse encontro foi para colocar a preocupação dos moradores e o que poderia encaminhar a partir do conhecimento de cada um, onde foram resgatadas as atividades exercidas e a possibilidade de exercê-las junto aos moradores, como também fortalecer um trabalho de superação das precariedades em que se encontra a saúde, hoje, no Mocotó.

Distribuímos convites e espalhamos cartazes na comunidade, convidando para um encontro com a Comissão da Saúde, no dia 7 de Maio, onde passaríamos um dispositivo sobre AIDS e, logo após, um debate. Local Casa da Comunidade. Aguardávamos um número maior de participantes, inclusive pelo fato de trazer um assunto tão comentado como AIDS. Apesar da falta de recursos materiais para trabalhar melhor o assunto, gerou interesse e euforia aos participantes, sobretudo às crianças. Nesse primeiro encontro procuramos fazer uma dinâmica onde todos participassem. Observávamos e refletíamos, lançando perguntas aos participantes para obter mais participação e perceber o nível de entendimento e tentar esclarecer suas dúvidas. Teve repercussão muito boa, todos queriam falar e citar exemplos, por alguns momentos houve tumulto pela euforia, enfim encaminhamos outra reunião para o mês de maio, com o tema Hipertensão (pressão alta) no mesmo local, outros temas foram levantados e a possibilidade de aprendermos a lidar com ervas medicinais, ensinada pelas moradoras mais antigas que fazem uso desse método. E assim as reuniões fo-

ram acontecendo, algumas com poucos participantes, outras são discutidas com a Associação de Moradores como é o caso da desratização do morro, (vide anexo 4). Uma outra preocupação das lideranças comunitárias é o excesso de cachorros circulando no morro, alguns com aspecto de doentes. Então, a Comissão de Saúde encarregou-se de divulgar, através de cartazes, aos donos dos cachorros a decisão tirada da reunião: o dono dos cachorros soltos deve prendê-los ou será comunicado à vigilância sanitária que os recolherá, ou tomará as devidas providências.

A Comissão da Saúde hoje está um pouco desarticulada, as reuniões não estão acontecendo com frequência, mesmo pela falta de tempo das lideranças, mas a equipe tem consciência disso e pretende reestruturar-se para início de janeiro.

1.3. Desafios que a Comunidade Encontra diante de sua Organização

Os desafios estão no dia-a-dia da nossa realidade. É no cotidiano que o modelo capitalista se institui e se faz hegemônico em nossa sociedade. Na medida em que as relações capitalistas vão se apropriando do cotidiano das pessoas, ela vai transformando quase tudo em mercadoria, sempre com o objetivo de obter lucro e passa a controlar desde o mais simples ato até a tecnologia mais avançada, perpassando pelo nosso tipo de alimentação, modo de vestir, definindo um modo específico de organização onde todos os hábitos e rotinas sociais canalizam para o ob-

jetivo proposto, apenas visando o lucro.

"... é no dia-a-dia que o projeto social capitalista se repõe permanentemente. E isso acontece desde o momento em que ele estabelece, rotiniza, sedimenta, controla ou expande as relações, instituições, enumerações, significados, leis, formas de convivência, enfim, tudo aquilo que dá sustento cotidiano ao objetivo do lucro."

(Costa, 1991, pg 28)

Percebemos que aí que começam os mais árduos desafios, onde as complexidades da sociedade capitalista mostram uma aparência de poder e competição, visando lucro em tudo que se faz. Então, como fortalecer um trabalho organizado com as lideranças, num serviço voluntário, participante, que requer tempo disponível, se o processo capitalista consome uma jornada de trabalho excessiva?

A violência e a pobreza são reflexo dessa exploração. A situação de pobreza e carência vai levando para a droga, violência, prostituição, roubo e para a necessidade de diferentes organizações comunitárias onde a associação de moradores vai lutar contra essa pobreza. Os moradores não estão só se destruindo; quando eles se envolvem com a droga é uma saída rápida para a situação de miséria, quando não se tem um emprego ou uma oportunidade, é mais fácil usar o tráfico organizado para conseguir um subemprego. O que é o roubo? Na concepção de qualquer pessoa é o errado, é a violência; naquele contexto ele entra como saída para a situação de pobreza.

Considerando aqui alguns casos concretos de luta organizada contra a questão posta para todos, que é a trama² coti-

diana que dá suporte ao projeto de dominação social que leva a uma degeneração de ser humano e de suas formas de vida, entre eles está a questão da saúde, mais especificamente a AIDS - Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida. Expandindo dia-a-dia, durante o ano de 93, no Mocotó houve três mortes, constatado o óbito pelo vírus HIV, e muitos outros estão doentes, também portadores da doença. Ainda não sabemos quantas crianças são portadoras pela transmissão congênita, ou seja, já é uma segunda geração contaminada pelos pais, sobretudo pelos jovens e adolescentes que têm uma vida sexual promíscua e fazem uso de droga; usam droga injetável e a mostra está nas seringas jogadas pelo chão. A dependência está grande e muitos usuários não se limitam a esconder o vício e manuseiam à vista de todos. Muitas vezes presenciei o uso e a venda da droga e até me ofereceram para comprar; faz parte da realidade desse local. Pois, a base de sustentação econômica é o trabalho envolvido com a droga, é um mercado de produção e exploração que é difícil claramente saber, quem produz com que produz, como produz. Só sabemos para quem produz, o consumidor - dependente - e a estratégia do poder do tráfico está em ampliar seu mercado de consumo levando cada vez mais pessoas ao círculo vicioso sem volta, e o reflexo está aí manifesto na dependência, no roubo, na violência e na AIDS.

A associação de moradores é um espaço, ou melhor ela nem tem espaço físico, tem usado uma sala da Casa da Criança para reuniões, mesmo assim as questões políticas são discutidas e estão na luta promovendo bingos para a construção de uma sede própria, onde possa também usar para o Armazém Comunitário e

servir de lazer para os moradores que são desprovidos de espaço para divertimento. Os moradores desse local trazem na face um aspecto triste, de sofrimento, de batalha, de instabilidade emocional mesmo. A qualquer momento a polícia sobe o Morro atirando para todo lado, invadindo casas na busca de traficantes ou de pessoas que se escondem nesse local. (vide anexo 3)

A seguir, descrevo uma situação que ilustra esse texto ou melhor, ele entristece o texto, melhor seria descrever outros momentos de alegria.

No dia 5/5/94 eu fazia uma visita a uma moradora que fica num ponto estratégico do Morro, mais ou menos no meio, com várias passagens ao redor (se fossem ruas normais, diria que a casa fica de esquina, dando boa visão para quem passa, quem sobe, quem desce). Enquanto conversávamos, ela serviu um café com bolo de cenoura, coberto de chocolate, e conversávamos tranquilamente, contando que é separada há muitos anos e cuida de sua mãe doente e que, desde o carnaval, sua filha (única) veio também morar com ela, mais dois filhos, um com três e outro com seis anos, alegando não suportar mais o casamento devido ao envolvimento do marido com a droga e relacionamentos extra-conjugais, vendendo o que eles tinham de melhor dentro de casa, enfim várias consequências da dependência da droga. Ela defende o genro com tristeza, dizendo:

"É um rapaz novo, tão bacana, quando não está drogado. Adora os filhos, e os filhos têm verdadeira paixão por ele".

Nisso, entra correndo uma vizinha falando alto para recolher os meninos porque a polícia estava no Morro e estavam prendendo o

Sr. x que tinham pego com maconha. Coincidentemente era o pai dos meninos.

Foi uma situação muito delicada, as duas crianças entraram e ficaram olhando pela janela a passagem do pai. E diante dos comentários que elas faziam entre a preocupação e o descontrolo do impacto, as crianças silenciadas expressavam todo aquele amor que há pouco a avó descrevia.

Foi uma cena marcante que presenciei no meu estágio, mas, principalmente, marcará mais ainda a história de vida dos dois irmãos.

Enfim, são os desafios do dia-a-dia que enfrentamos, por isso é preciso trabalhar no sentido de fortalecer a autonomia e iniciativa das organizações comunitárias.

As reuniões com a associação de moradores normalmente são feitas à noite, já visando uma maior possibilidade de comparecimentos. Se eles passam fora de casa o dia todo trabalhando, provendo a sobrevivência, as mulheres na sua maioria são faxineiras, deixam os filhos na creche, na escola ou com os irmãos mais velhos, quando não sozinhos. Quando voltam, necessitam lavar roupas, cuidar da casa, pensar no alimento para o dia seguinte. É como disse um professor em sala de aula⁴:

"Quando o sujeito está lutando desesperadamente pela sobrevivência, ele não tem vontade de discutir questões da cor, sexo, etc..."

4. Anotações da aula da disciplina. DSS 5109 Teoria e Metodologia do SS VI.

É claro que, ao reunir um grupo de pessoas no Morro do Mocotó, não estaremos discutindo preferências, mas prioridades. Dentre as necessidades coletivas, o que mais tem se levado em conta é a infra estrutura urbana de recursos básicos: esgotos a céu aberto com mau cheiro, coleta de lixo que não é feita e o amontoado de detritos, contribuindo na criação de ratos. A pavimentação não está completa e, onde há necessidade de reparos para a passagem dos pedestres, já que é impossível a passagem de veículos entre as casas, quem necessita transportar material de volume mais expressivo precisa carregar nas costas e desafiar sua condição física com os quatrocentos e tantos degraus de escadarias.

Segundo dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF - , o relevo de encosta apresenta alta declividades, variando de 5m na rua Silva Jardim até 100 metros em sua porção mais alta.

É difícil até compreender como transportar um doente escada a baixo se todos os recursos hospitalares estão no plano.

Veja o depoimento de uma moradora:

Dona Luci que mora no alto do Morro contou que quando sua mãe ficou doente não pôde descer caminhando, buscaram uma maca do Hospital de Caridade, onde carregaram sua mãe com quase 80 kgs.

"Nós vivemos pela graça de Deus aqui, em dificuldade ou na doença suportamos o sacrifício conforme a condição, tivemos sorte que veio um homem mais alto e bem forte que segurou a maca na parte de baixo para descer o Morro, e ainda nessa época não tinha escadaria o caminho era escorregadio..."

Dona Ilma também confirma essa busca divina, que rezar é a única saída. (anexo 5)

Analisando o quadro sócio-econômico encontrado nesta comunidade, pode-se observar como é precária a vida de seus moradores pelas péssimas condições das moradias, verdadeiros barracos "dependurados", construídos sem nenhum critério urbanístico, formando um emaranhado de casas separadas por ruelas ou construídas em cima da valas apoiadas por pedras.

As casas não têm numeração para correspondência, a localização do morador pelo endereço é difícil, só pela informação boca a boca. A correspondência é entregue em uma das sete pequenas vendas, sendo cinco armazéns e dois bares. Há três telefones públicos: um instalado junto ao conselho comunitário, um junto à creche e outro no meio do Morro ao lado externo de um bar.

Como meio de comunicação e informações, os moradores que moram no alto do Morro têm sido muito prejudicados.

Muitas vezes há necessidade de convocá-los para uma reunião ou assembléia extraordinária, é preciso deslocar alguém para avisá-los. Está se encaminhando uma proposta reunindo a associação de moradores e a Casa de Criança para adquirir um alto-falante, para suprir essa carência.

Podemos constatar, no quadro abaixo, alguns dados que expressam a vida desses moradores.

Distribuição da renda média por família em porcentagem segundo dados do IPUF - Levantamento em 93

Menos de um salário mínimo	6%
Um salário mínimo	63%
Dois a quatro salários mínimos	28%
Mais de quatro salários mínimos	3%
Número de famílias	362
Número de pessoas	1557
Número de famílias carentes	257
Número de pessoas dependentes	1150

Quanto à procedência desses moradores, como a ocupação já é antiga, muitas famílias ali residentes são naturais de Florianópolis. A ocupação mais recente é oriunda do planalto serrano (Lages, Otacilio Costa), e do oeste catarinense.

Diante desse quadro sócio-econômico, percebe-se a necessidade de cada dia mais fortalecer o processo de organização comunitária urbana, calcado nas demandas dessa população, e com isso continuam-se os desafios, entre eles é o das lideranças, pelas suas diversidades no agir.

O modo de ser e de pensar de cada pessoa é uma peculiaridade. Uma vez que as pessoas são diversas uma das outras, cada uma tem sua maneira própria de ser, cada uma tem projetos único de vida. Por outro lado, essa diversidade permite também que uns tenham maior preocupação em participar de algum grupo ou movimento, neste caso a adesão às organizações comunitárias. Dentro disso, uns se empenham mais que outros nas atividades, participam mais, estão sempre dispostos a conhecer, compreender e discutir mais a fundo as questões que envolvem a comunidade, a conjuntura atual. Enfim, esses têm maior desejo de discutir alternativas de vida social e lutar para sua construção, mobili-

zando a participação de todos nesse processo. Também não quer dizer que aqueles que se empenham menos deixem de ter a sua contribuição no grupo.

E aí entra o desafio: como responder às expectativas desses participantes sem que isso os transforme em "líder chefe" ou de outra maneira, sem que isso reforce ou resulte na dependência dos outros em relação a eles. Ou ainda, aquelas lideranças que agem sozinhas, tentando fazer um trabalho imediato, não considerando um processo mais coletivo, fazendo aparecer o seu como prestígio.

"O líder é sempre uma pessoa prestigiada, enquanto é admirada e valorizada pelo que pensa, faz fala ou representa"...
(O que é ser Líder? 1991 pg. 11)

Continua o mesmo raciocínio,

"Isto complica quando o líder vê no exercício de sua liderança apenas a sua valorização e apenas o espaço para que ele exerça sua necessidade de sentir-se prestigiado, sem levar em conta que cada ser humano, portanto todas as pessoas e o grupo como um todo, precisa realizar sua necessidade de sentir-se prestigiado, privilegiado."

Historicamente nossa tendência, em diversas iniciativas, é de pouca participação, preferindo designar representantes que decidam por todos.

De fato, nós somos educados em uma sociedade de dependência onde se exige de alguém que determine o que deve ser feito: pai, patrão, chefe, esposo, governo...

Pela não adesão, participação ou até mesmo por não entender duas propostas de alfabetizar adultos, esse movimento no Mocotó não surtiu efeito ao desafio proposto por uma líder comunitária em estar uma vez por semana encontrando com essas pessoas que expressaram interesse em aprender a ler e escrever. Houve inscrição, mas o comparecimento foi mínimo até à extinção do projeto por falta de sustentação.

E os motivos pelos quais as pessoas justificaram junto ao Serviço Social não foi convincente, sendo atribuído apenas ao desencontro de horários. Mas há evidências do descrédito do próprio método de alfabetização popular ser exercido por uma pessoa que faz parte do seu cotidiano, que enfrenta as mesmas lutas e que não teve um conhecimento científico.

Conforme Costa (1991, p. 33)

"...a ciência e o método científico são apenas uma entre outras maneiras de conhecer a realidade. Existem outros "métodos" de leitura e interpretação dos fatos que não apenas o científico, se considerarmos os índios, por exemplo, os conhecimentos que eles têm da terra e do comportamento do universo não passam pelas regras do método científico."

Concluindo, se considerarmos que o ensino seja de propriedade e domínio daqueles que passaram por uma universidade, isso exclui mais de dois terços da população brasileira.

Um grande desafio, entre outros, está em construir um trabalho unificado entre as diferentes formas de organização no Mocotó, onde se possa estabelecer ou estreitar as relações des-

ses educadores preocupados com a causa da criança dessa comunidade. Entre as instituições estão: Creche, Casa da Criança, Casa da Liberdade, Conselho Comunitário e Escola Celso Ramos. A idéia é que não se façam ações individuais, que se consiga uma construção em conjunto, discutir a partir do coletivo, articular os trabalhos, como por exemplo, as crianças que estão aprendendo artes marciais no conselho comunitário, por que não capoeira, que além de ser um esporte não violento resgata um pouco de cultura local. A Casa da Liberdade, espaço criado para atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, e apoio aos trabalhos desenvolvidos nas comunidades, também oferece cursos desenvolvidos nas comunidades: cursos de datilografia e algumas atividades esportivas; com isso, as crianças são atraídas para procurar esse local, muitas vezes deixando de cumprir o compromisso com a escola. E pela sua localização próxima ao Mocotó, ficando na passarela Nego Querido, no centro da cidade, vinha fragmentando o trabalho desenvolvido na Casa da Criança, que é ocupar todo espaço livre da criança com atividades construtivas, evitando que estejam menos tempo possível na rua; e o que acontecia é que eles falavam que iam para a escola e desviavam o caminho até a Casa da Liberdade.

Percebeu-se, após alguns encontros com a Comissão da Educação, a importância de chamar esses profissionais envolvidos com as crianças do Morro para sentar juntos e levantar propostas de trabalhos inter-relacionadas.

É o que percebemos hoje, um dos grandes problemas da nossa realidade, e não só do Mocotó, é exatamente o da comunica-

ção entre as várias iniciativas que, cada uma a seu modo, lutam por uma vida digna para todos. É um processo que, ao mesmo tempo, requer e ultrapassa a singularidade de cada iniciativa. Aí entra um grande desafio: como favorecer um maior entrelaçamento entre as diversas iniciativas fortalecendo um mesmo processo que é a construção cotidiana de uma vida digna para todos? Enfocando a questão pelo lado positivo, que essas várias iniciativas se juntem para um processo comum de formação, avaliação e troca de experiências.

Os desafios são muitos para as diferentes formas de organização da comunidade do Morro do Mocotó. Em todo esse processo cotidiano de inter-relacionamentos existem ainda muitos caminhos pela frente com aqueles comprometidos com a luta popular.

CAPÍTULO 2
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FRENTE ÀS
DISCUSSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

2.1. Administração Pública Municipal

A chegada de setores da esquerda à administração municipal não só representa uma novidade histórica como também tem gerado intensa expectativa no conjunto da população. Os setores organizados nos movimentos populares, junto com a grande maioria dos empobrecidos, encaram o fato como a oportunidade de solução dos problemas que enfrentam cotidianamente. Os setores da população mais privilegiados econômica e socialmente apostam na incapacidade administrativa. Há, ainda, a expectativa dos próprios chegantes ao poder, que, acreditando na não corrupção, na capacidade de discernimento dos problemas essenciais enfrentados pelo município e, principalmente, na força da vontade política, imaginam-se capazes de encaminhar soluções que atendam aos interesses da maioria.

Decorrido mais de dois anos de prática administrativa observa-se que nenhum desses atores teve suas expectativas completamente confirmadas. A cidade de Florianópolis, governada pela administração popular, não vivenciou nesse período fase arro-

gante, assim como também a feição da cidade não foi modificada a ponto de a maioria dos habitantes se sentirem sintonizados com o rumo da mudança. Porém, não se pode afirmar que tudo continua como antes.

Com observações mais atentas nesse período transitório, com vistas à execução deste trabalho científico falando de Políticas Públicas, permitiu-se perceber que lentamente houve algumas mudanças no sentido de romper com os velhos padrões de gerir a coisa pública.

O primeiro ponto a destacar é a relação entre os cidadãos e a administração municipal. O fundamental desse processo é abrir canais que alarguem a participação popular nas tomadas de decisões quanto ao destino da cidade. Onde a voz e ações da população local possa imprimir seu anseios nos procedimentos que antecedem a definição de ações governamentais. Nesse sentido, o executivo municipal promoveu debates com os setores organizados da sociedade civil, funcionários públicos e movimentos populares sobre a melhor forma de descentralizar o poder, resultando na criação dos conselhos para definição de políticas-educação, saúde e habitação e dos Plenários Populares de caráter consultivo em torno do Orçamento Participativo. (veja item 1.2)

2.2. Que Políticas Públicas são Essas?

Antes de entrarmos nas políticas públicas em si é necessário entender o que são Políticas Públicas ou Políticas Sociais.

Segundo Serra, (1982, pg. 22)

"... através da política social que, dessa forma, é o canal por excelência, onde são executados os programas de atendimento às populações necessitadas. Dai, então, a criação das instituições estatais com a finalidade explícita de instrumentalizar os objetivos do Estado".

Ou seja, uma das maneiras pelas quais o Estado incorpora os interesses da classe dominada é a política social, no sentido de atender algumas reivindicações e também de garantir a paz social, e as instituições são os canais de expressão dessa política.

As relações entre Estado e Sociedade Civil, no seu princípio, fundamentam-se em que a contradição entre a burguesia e proletariado, bem como a luta de classe que dela provém, nos capacita a compreender a contradição ligada à operação do próprio Estado. Portanto, o Estado possui uma autonomia que não pode ser vista como um mero reflexo da classe dominante, mas o Estado defende os interesses desta classe, possuindo um espaço outro, no sentido de incorporar por vezes os interesses da classe dominada, como estratégia para defender a classe dominante.

Ou seja, conforme o momento histórico, a realidade concreta, tendo como indicador a força ou fraqueza dos movimentos sociais como resultante da mútua relação de forças sociais, contribuiu para que os Estado assuma posicionamentos diferentes - de repressão ou concessão, sobre as Políticas Sociais a respeito, nos diz Faleiros: "O Estado é ao mesmo tempo, lugar do

poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social³...

Trazendo para a prática, a política social local ou municipal tentaremos avaliar a participação da população com a gestão dessas políticas:

2.2.1. Fundo Municipal de Integração Social

O FMIS foi criado pela administração municipal em julho de 1989, por pressão da organização popular através do Movimento Sem-Teto - MST, de Florianópolis, tendo em vista o agravamento dos problemas do acesso à terra (ocupações, despejos e outros) em vários locais do município. Destina-se ao assentamento de famílias de baixa renda e sua integração no espaço urbano.

"Objetivo Básico: Promover o acesso das populações carentes à casa própria, bem como desenvolvimento social e econômico das mesmas.

Lei 3.210/89 - Institui o FMIS, destinado ao assentamento de famílias de baixa renda. O FMIS será constituído com recursos de:

- a) alienação de imóveis de propriedade do município;
- b) subvenções ou auxílios provenientes do Governo Federal, Estadual;
- c) Dotações Orçamentárias;
- d) Auxílios-doações das Prefeituras da Grande Florianópolis;
- e) Auxílios-doações de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;"

(Decreto Lei nº 509/93 PMF)

3) Para aprofundar o assunto: Vicente de Paula Faleiros. A Política do Estado Capitalista. SP, Cortez, 1980.

O FMIS funcionou durante um ano aproximadamente. Ficou paralisado por mais de um ano e foi reativado em outubro de 1991, em decorrência de cobranças feitas pela Câmara Municipal e por técnicos da "Comissão de Habitação da Prefeitura". Com a reativação, as comunidades passaram a ser representadas por um participante do movimento dos Sem-Teto e um da UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, eleitos com a presença de associações de moradores ligadas a estas organizações.

Em 1992, foi definida uma assessoria técnica para o fundo, composta por representantes do IPUF, Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, Secretaria da Administração, secretaria de Finanças, COMCAP, COHAB e CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante). Houve também a participação de um contador e um tesoureiro.

Em 1993, o presidente do IPUF passou a integrar o conselho administrativo do Fundo em substituição ao assessor de desenvolvimento econômico. Definiu-se como sede provisória o IPUF, embora não haja espaço próprio, sendo as reuniões realizadas quinzenalmente pelo conselho com Assessoria Técnica e, semanalmente pela assessoria.

Houve um processo de reestruturação da lei, observado também na prática por parte das comunidades empobrecidas. A Câmara Municipal aprovou, em 1992, a lei nº 3.769, que altera o artigo 3210/89, tornando paritária a composição do Conselho Administrativo do Fundo que passa a ter 06 (seis) integrantes com a inclusão de mais um representante das comunidades que até então eram apenas dois, das comunidades.

No ano de 1994, as comunidades empobrecidas, acuadas pela busca da sobrevivência e em assegurar um espaço para morar digno de condições humanas, encontraram no espaço entre a sociedade civil e administração popular um canal que pode ser visto como de reivindicação dos seus direitos - o FMIS. Assim, fizeram uso de uma das formas de organização destas comunidades que é a associação de moradores em conjunto com assessoria e foram à luta. Com apoio do CEDEF as comunidades se organizaram e ocuparam a Câmara Municipal no dia 23 de junho impedindo a votação das (6) pessoas que representariam as comunidades junto à Prefeitura Municipal. Esta eleição foi organizada pela UFECO, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, escolhida pela Prefeitura, o que, na opinião de algumas lideranças comunitárias, estaria privilegiando representantes de comunidades de classe média, da qual faz parte. E, ainda, a eleição foi uma estratégia individual, não tendo sido comunicada às comunidades pobres, tampouco divulgado tal evento. Ficamos sabendo algumas horas antes deste acontecimento, com assessores do CEDEF, quando nos deslocamos às comunidades colocando-as a par da situação. Às 19:00 hs muitos moradores vieram representar sua comunidade e tiveram como vitória a não realização da eleição, tirando como encaminhamento dois meses para as comunidades organizarem reflexões sobre o assunto e tirar também seus representantes.

No dia 4 de junho de 1994, aconteceu um encontro entre as lideranças na Comunidade Santa Teresinha II - Local Casa da Comunidade, onde os trinta e cinco participantes questionaram, debateram e elegeram seus doze representantes, ficando encami-

nhado novo encontro entre as lideranças comunitárias para definir os seis representantes.

NOME	COMUNIDADE	VOTOS
Dirceu	Santa Terezinha II	36
Valmor	Mont Serrat	33
Lidia	Via Aparecida	31
Maria Aparecida (Lili)	Mocotó	33
Cassio	Santa Terezinha II	32
Rogério	Mont Serrat	35
Gislaine	Ilha Continente	31
Dirlete	Santa Terezinha II	23
Ivani	Santa Terezinha II	19
Alice	Nova Espera	23
Idelmar	Santa Terezinha II	19
Julia	Novo Horizonte	13

No dia 6 de agosto, as comunidades se reuniram no Monte Serrat - Local - Creche, onde os participantes receberam uma cartilha que tentava refletir com o grupo o processo e a participação das comunidades nesse processo.

Em síntese geral as respostas foram as seguintes:

"Os empresários e governantes não querem que fiquemos na cidade; a relação com a prefeitura é muito "fraca", muitas promessas sem retorno; a luta para conquistar os direitos e os interesses das comunidades garantindo uma moradia com melhor condições, é o sonho de todos. Agora temos o fundo como espaço para garantir os interesses comuns. Para isso é muito importante que tenham representantes que lutem mesmo, que discutam com cada comunidade a sua prioridade; O representante deve lutar para garantir o cumprimento das leis do Fundo; (vide anexo 6) Os repre-

sentantes têm que ter "garra", além de tempo eles têm que ter muita vontade".

Como avaliação desse encontro a comunidade disse:

"Como prova de nossa luta em busca de melhores condições de vida é estar aqui entre os representantes de doze (12) comunidades pobres. A apresentação deste trabalho de eleição para tirar os representantes é fruto de amadurecimento e crescimento político. O objetivo do FMIS surgiu a partir de ter garantido a moradia e os interesses do movimento popular, ele foi aprovado mediante grandes pressões. A eleição encaminhada pela UFECO foi barrada, foi mais uma vitória. Este resgate da história do FMIS nos trouxe clareza em certos pontos e lembrou que garantimos três vagas na prefeitura, isso é resultado de um trabalho organizado."

Esta tabela ilustra a escolha dos seis representantes junto ao FMIS, onde três serão titulares e três suplentes.

TITULARES	COMUNIDADES	SUPLENTES	COMUNIDADES
Jair	Chico Mendes	Dirceu	Santa Terezinha II
Lídia	Vila Aparecida	Lili	Mocotó
Rogério	Mont Serrat	Gislaine ...	Ilha Continente

Como encaminhamento, ficou definido que cada comunidade deveria mobilizar mais pessoas para o dia da votação na Câmara e providenciar documentos exigidos:

Levar um ofício indicando três pessoas para votar, munidas de documentos de identidade, só podendo votar integrantes

das comunidades legalmente constituídas. (vide anexo 7 - cópia da ata)

Após a eleição do dia 12 de agosto, com a vitória das comunidades empobrecidas que garantiram as três vagas com respectivos suplentes junto ao FMIS, os seis representantes encontraram-se por duas vezes nos dias que antecederiam a posse para discutir a lei. Momentos em que o Serviço Social esteve presente, estudando e refletindo cada parágrafo, interpretando os termos técnicos e tentando clarear da melhor forma possível, para que se faça cumprir realmente a lei junto aos representantes.

No dia 5 de setembro de 1994, aconteceu a posse dos representantes do FMIS (veja foto - anexo 8). Data importante para a comunidade do Mocotó, a vaga de primeira suplente é de uma moradora desse morro, não que essa classificação lhe dê privilégio, mas a possibilidade de estar decidindo junto à prefeitura a prioridade das comunidades da ilha, que têm em comum as mesmas dificuldades de viver num morro, uma realidade específica, e melhor do que qualquer representante para reivindicar é o próprio morador. Dentro desse raciocínio é que se tirou como primeiro passo para trabalhar no FMIS, o que já está acontecendo é uma visita com os representantes e assessorias às comunidades para reconhecer as prioridades de trabalhos, para que os representantes da ilha tenham real conhecimento da realidade do continente e vice-versa.

2.2.2. Orçamento participativo

O que é Orçamento?

Segundo a Cartilha do Orçamento Participativo de Belo Horizonte - MG:

"É um documento que mostra quanto receberá durante o próximo ano e como vai gastar seu dinheiro. Ele serve para a prefeitura planejar seus gastos em conjunto com a população, de acordo com o que for considerado prioridade. O que entra é a "receita". É tudo aquilo que a prefeitura recebe. São os impostos pagos pela população, taxas, contribuições de melhorias, transferências do governo Federal e Estadual e mais convênios e empréstimos."

Entre os benefícios que a prefeitura recebe é a Receita própria, pagas diretamente ao município.

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano cobrado sobre a propriedade de terrenos, casas, apartamentos, prédios comerciais, etc.

ISS - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza gerado pela prestação de serviços.

IPBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - gerado pela venda de construções e terrenos.

IUUC - Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis pago por quem vende combustível a varejo.

TAXAS - Pagas pela utilização de serviços da Prefeitura a licenças concedidas. (Ex.: Licença para ambulantes, iluminação pública, etc.).

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - Pago por proprietários de imóveis (casas, prédios, terrenos, etc).

DIVIDA ATIVA - Representa os tributos pendentes dos anos anteriores, não pagos na época certa. As importâncias relativas a Crédito da Prefeitura não pagas dentro do prazo estipulado em lei. Ex. IPTU de 1988 não pagos até 31 de dezembro do mesmo ano, etc.

RECEITA PATRIMONIAL - Proveniente de alugueis, foros, laudêmios e juros de aplicação em títulos de rendas.

RECEITAS DIVERSAS - Proveniente de preços públicos, tais como: feiras, mercados, cemitérios, etc.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

Outras Transferências do Estado - Representam pouco para o orçamento dos municípios.

DESPESA - é tudo aquilo em que a prefeitura gasta."

Como colocamos anteriormente, a cidade de Florianópolis, desde janeiro de 93, vem sendo administrada pela Frente Popular com uma nova proposta democrática de administrar a cidade, contando com a participação popular, viu no Orçamento Participativo uma das formas de manter uma relação em conjunto com as comunidades criando um espaço para a decisão popular.

O Orçamento Participativo de 94, o qual coube acompanhamento do estágio de Serviço Social pelo Mocotó, constituiu-se em três plenárias populares com início em 23 de julho a 06 de agosto de 1994.

A metodologia proposta pela Prefeitura Municipal para o orçamento de 95 foi dividida em três momentos:

Primeiro momento: divisão da cidade em regiões para melhor encaminhamento das atividades. Para o ano de 95 serão 13 regiões.

Segundo Momento: seminários temáticos com os conselhos municipais de saúde, transporte, meio ambiente, turismo, desenvolvimento urbano, desenvolvimento rural e fundo municipal de integração social, que elegem um conselheiro e um suplente para o CMOP (Conselho Municipal do Orçamento Participativo).

Terceiro momento: serão realizadas as rodadas de debates (assembléias) populares nas regiões.

É neste momento que aconteceram as plenárias para a eleição de delegados, sendo dez pessoas presentes a eleger um delegado desde que apresente ata de eleição do representante da entidade e apresentação da peça orçamentária - receita e despesas.

Os delegados escolhidos formarão a Coordenadoria Regional de Delegados (CRD) quando escolherão os conselheiros que serão pessoas que irão fazer o orçamento.

Na divisão da cidade em regiões, a comunidade do Moco-tó ocupou a região cinco (V) junto aos demais morros da ilha, (veja anexo 9) ela esteve presente em algumas plenárias, sua mobilização de organização interna foi pequena, mesmo com o incentivo de participação por parte das assessorias, tentando esclarecer a importância da comunidade estar acompanhando esse processo para entender melhor seu funcionamento.

O que podemos constatar como resposta pela não participação desta comunidade e a evasão por outras comunidades das plenárias foi o uso excessivo de termos técnicos científicos usados por parte dos técnicos da prefeitura que tentavam fazer o repasse do processo do Orçamento Participativo numa linguagem que poucos entendiam.

Essa é uma forma estratégica do poder para ter o controle, para não entrar num nível de igualdade com os governados nesse caso, a comunidade; principalmente a nível dos técnicos que querem mostrar trabalho para o governo que os renuncia, na visão deles não somos nós quem os pagamos, mas o Estado como dono do saber; então para manter seu emprego eles procuram usar certos termos que dificultam o entendimento, o acesso, da população ao saber mesmo.

A dominação também caracteriza-se pelo fato de que o governante é considerado superior.

Com isso percebemos que esse grupo social se separa dos demais da sociedade e se impõe a ela. Essa dominação é feita através de organizações como o estado. A isso podemos chamar processo de burocracia. "Existe, portanto, uma burocracia, isto é, um conjunto de funcionários voltados para o controle e a administração da empresa". (Motta, 1988, 38)

Neste caso fizemos uma analogia entre empresa e Estado, que o autor retrata bem esse papel do técnico do Estado.

Busquei clarear essa relação do Orçamento Participativo com a comunidade do Mocotó numa conversa com uma liderança comunitária que ocupa o cargo de Vice Presidente da Associação

de moradores e foi escolhido como delegado para o Orçamento Participativo.

"O Orçamento Participativo na minha opinião é "utopia", ele está muito distante da realidade das comunidades pobres, que aguardam obras prometidas p\94 e nem começaram, então fica difícil participar e acreditar neste orçamento para 95. Mesmo assim estamos participando e mostrando trabalho, porque no ano que vem, já terá eleição para nova administração municipal e se os candidatos perceberem lideranças fortes em nossa comunidade, terão mais respeito com esses eleitores e suas propostas passarão a ter melhor conteúdo e os candidatos terão a resposta através do voto. Estamos procurando enquanto Movimento Organizado participar das Políticas Públicas, temos representantes no Fundo Municipal de Integração Social, já participamos de dois Orçamentos Participativo e vamos continuar reivindicando, fazendo pressão com nossa presença, mesmo que num número pequeno estaremos lá, tentando fazer com que se cumpra os projetos prometidos.

Para compreender melhor sua colocação como utopia busquei em Paulo Freire (1980, p.27):

"Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.

Segundo este conceito, a expressão "utopia" na visão dessa liderança é a ação não realizável é o distante, impossível. É o que muitas pessoas interpretam a palavra no sentido de se situarem fora. No Grego significa:

- U= fora
- TOPOS= lugar

Continua o mesmo raciocínio do conselheiro:

"Quando um político se aproxima da gente, seja de qual for o partido eles sempre tem interesses, querendo mostrar atos que não serão cumpridos. E a comunidade desanima. Tendo como exemplo a tia Dete que é uma das guerreiras mais antigas. Quando eu tinha quinze ou dezesseis anos, comecei trabalhar com ela, nisso ela já estava "maceteada" e continua trabalhando e não viu acontecer um terço não teve avanço por parte dos governantes, é por isso que tem horas que a gente acha que é pura demagogia-utopia. Na história do Orçamento Participativo no ano de 93 percebemos 80% de entidades comunitárias, associação de bairro, pessoas de nível médio baixo pelo modo de falar eram pessoas procurando melhorias como um todo para sua comunidade. Já para 94 foi completamente diferente, foram pessoas de nível alto com níveis superior de estudo, mais de 60% que compareceram não foi para lutar pelo saneamento básico, que a gente sabe que é a chave de nossa capital, do estado e também do país, mas para reivindicar pavimentação. Sabemos que a pavimentação é essencial mas não prioriedade, é claro que eles querem melhorias para valorizar seu lote, seu bairro."(Moisés, delegado do O.P. representante do Mocotó)

Através da avaliação desta liderança, podemos perceber que existe uma fragilidade no relacionamento entre comunidades e Orçamento Participativo. Veja movimento de manifestação entre as comunidades pobres, insatisfeitas com o não cumprimento das obras pelo Orçamento Participativo. (anexo 10)

2.2.3. Conselho municipal de saúde

Saúde Pública, o que é?

"É o conjunto de medidas que têm por objetivo promover a saúde, bem como prevenir e controlar os agravos que podem colocar em risco a saúde da população como um todo"
(Cólera - Boletim Informativo nº 3-1993)

A garantia da verdadeira justiça social está diretamente vinculada a um projeto político, que privilegie a cidadania e busque a consolidação da democracia, através da promoção de melhores condições de vida para a população no que se refere à saúde. A luta deverá ser no sentido de garantir ações que contemplem os vários níveis de prevenção.

O processo de prevenção não é excludente, um depende do outro, o que se percebe no país é que o governo investe mais em ações de tratamento e recuperação do que em propostas ou políticas públicas de prevenção, porque estas não dão lucro. O Estado se restringe a atuar nas áreas de concentração de capital.

"Pela evolução histórica do sistema de saúde previdenciária, vimos que o Estado, a partir de 1964, passara a investir cada vez menos nos serviços próprios de saúde, deixando à iniciativa privada a possibilidade de investir nesse setor. Esse processo caracterizou a retirada do Estado e um total descaso em relação à classe trabalhadora onde não era levada em conta a necessidade da complementação do salário pelos salários indiretos através da oferta de serviços e equipamentos públicos, com a saúde". (Tomaz, 1986, pg. 75).

Através deste distanciamento do Estado pelo não investimento nesta área, percebemos a situação caótica por que passa o sistema de saúde no Brasil. A exemplo temos: a AIDS; já mencionada no capítulo anterior, como desafio diante da organização comunitária do morro do Mocotó, é um desafio para o Estado, país e mundo.

Florianópolis e Itajaí estão entre as 10 cidades brasileiras com maior número de aidéticos no Brasil.

Segundo a gerente de controle da AIDS da Secretaria da Saúde, Elma Fior da Cruz, Santa Catarina já registrou 1.312 casos da doença até julho de 94. Um paciente de AIDS entre assistência médica, internação e remédios, consome 17 mil dólares por ano.

Segundo dados da Secretaria Estadual da Saúde, dos 610 registros da doença através da transmissão sanguínea, 570 aconteceram em consequência do uso de drogas injetáveis.

Observe tabela abaixo:

Categoria de contágio	Homens	Mulheres	Total
Homossexual	169	0	169
Bissexual	86	0	86
Heterossexual	151	136	287
Drogas injetáveis	453	117	169
Transfusão de sangue	22	12	34
Hemofílico	6	0	6
Transmissão não definida	9	2	11
Por múltiplos fatores	70	4	74
Total geral	1.005	307	1.312

Fonte: Secretaria da Saúde.

O atendimento a pacientes terminais jovens e pessoas rejeitadas pela família por sua condição de aidético é prejudicado, muitas vezes, pela falta de profissionais especialistas na área e pela falta de estrutura para realizar adequadamente para tornar mais humana a relação entre profissionais e doentes.

Há uma expectativa para os próximos três anos, por conta de um financiamento de 4 milhões de dólares a ser concedido a Santa Catarina pelo Banco Mundial (veja anexo ii)

Esperamos que o repasse dessa verba seja, em parte, canalizado para a prevenção da doença.

A "cólera" é a radiografia do país que se esquece dos investimentos sociais. A cólera e outras doenças têm sido responsáveis por milhões de mortes no país inteiro, e constituindo-se, portanto, parte de quem decide as prioridades na área da

saúde.

A cólera, surge como um grande desafio por melhores condições de vida.

Santa Catarina não é diferente das demais regiões do país.

Santa Catarina conta hoje com aproximadamente 4.5000.000 habitantes. Mesmo vivendo na região sul, considerada por muitos como uma das mais desenvolvidas do país, abrigamos em nossas produtivas terras um contingente muito grande de miseráveis.

Há pouco tempo Santa Catarina descobriu que 963 mil catarinenses (perto de 22% da população total), vivem como indígenas e como tais, excluídos definitivamente do processo de desenvolvimento.

Os demais privilegiados, momentaneamente salvos, têm o compromisso de resgatar a "cidadania" dessa gente, devolvendo a eles o direito de viver como seres humanos. (dados tirados de IPEA- Instituto do Planejamento Econômico Aplicado)

A tabela a seguir ilustra com alguns indicadores sociais para comparação com outros Estados:

Dados estatísticos de atendimento em Água e Esgoto em Santa Catarina e em alguns outros Estados do Brasil - 1988		
Estado	Esgoto % pop. atendida	Água % pop. atendida
Brasília	86,59	92,15
São Paulo	56,94	80,55
Minas Gerais	47,32	77,36
Rio de Janeiro	43,73	73,11
Paraná	17,10	62,94
Rio Grande do Sul	13,92	69,42
Paraíba	10,90	49,76
Alagoas	10,47	44,46
Maranhão	6,04	26,65
Santa Catarina	5,22	64,59
Ceará	5,08	30,15
Amapá	3,38	54,10
Pará	2,30	37,14
Amazonas	1,82	65,47

A mulher representa a mancha da reputação da saúde no Brasil. Há muito pouco tempo a mulher conquistou seu espaço. Hoje ela pode ser vista por completo diante de um médico, até então seu corpo era visto apenas como o de procriadora. Talvez sua conquista se efetivou a partir de 1930, com a entrada maciça do sexo feminino no mercado de trabalho.

Aí o Estado entra como "vilão", promovendo políticas públicas de saúde feminina, mas na intenção de aumentar a produ-

ção da força de trabalho e não como sujeitos.

Perguntamo-nos onde está o verdadeiro sentido de compreender melhor esse corpo feminino na sua integridade (físico, mental, emocional, espiritual, etc)

Um estudo divulgado pela Organização Mundial de Saúde, OMS, em março de 94, mostra que o acúmulo de tarefas colide de frente com a saúde mental feminina. Duas mulheres para cada homem sofrem depressão, ansiedade e stress decorrentes do seu papel social e de seu status sócio-econômico desigual. Por isso as mulheres são as que mais consomem medicamentos psicotrópicos. Segundo dados do Centro de Psicologia Clínica da Escola Paulista de Medicina indica:

67% de antidepressivos, 66% dos tranquilizantes e 58% dos hipnóticos vendidos no país sejam de uso feminino. Nos últimos doze(12) meses a classe médica brasileira emitiu um total de mais de 10.2 milhões de receitas dessa natureza, entre eles: Lexotam, Domonid, Trofanil, Anafranil e o recente Prozal.

É importante observar que esses dados, certamente, não atingem a camada de mulheres pobres, não diria o "Lumpem Proletariado", porque estão na ativa da produção capitalista, mas excluída de tudo, sem acesso a uma consulta médica, quanto menos poderá comprar um medicamento para amenizar a árdua luta pela sobrevivência

É pela falta de uma política de saúde que corresponda à necessidade do cidadão que a nova administração da Frente Popular¹ de Florianópolis, desde abril de 93, tenta por via de-

1. Frente Popular - Coligação partidária integrada pelos seguintes partidos políticos na última eleição para a PMF: PT, PPS, PSDP e PTB.

mocrática um espaço para a participação de todos os profissionais e de todos os segmentos representativos da sociedade, no sentido de buscar solução definitiva para a maioria dos problemas de saúde.

Segundo relatório de pesquisa das Políticas Públicas², primeira reunião com o Conselho Municipal da Saúde, aconteceu no dia 13 de abril de 1993, compareceram dez(10) entidades representativas legalmente constituídas a convite formulado pela Prefeitura Municipal, onde aconteceria a eleição dos representantes do Conselho. Foi adiada para segunda reunião devido ao baixo comparecimento .

Ocorrida a eleição o CMS ficou assim constituído:

TITULARES

ENTIDADES POPULARES

- Associação dos Aposentados
- Pastoral da Saúde
- UFECO
- A.M. ABRÃO
- A.M. COSTA DA LAGOA
- A.M. MORRO DO MOCOTÓ
- CEDEF

2. Dados fornecidos pelas pesquisadoras: Ivete Simionato e Vera Maria Ribeiro Nogueira vide bibliografia.

PORTADORES DE PATOLOGIA

- Associação dos Ostomizados

PROFISSIONAIS DA SAÚDE

- Conselho Reginal de Medicina
- Associação Brasileira de Enfermagem

SINDICATO DOS TRABALHADORES

- Sindicato dos Farmacêuticos
- Associação de Enfermagem
- Sindicato dos Eletricitários (SINERGIA)
- Sindicato dos Bancários
- APUFSC
- Sindicato dos Aeroviários

PRESTADORES DE SERVIÇO DA SAÚDE

- Associação dos Hospitais
- Associação dos Laboratórios de Análises Clínicas

REPRESENTANTES DO GOVERNO

- S. TEMA

- UFSC
- Sec. Estadual da Saúde
- Sec. Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social
- SUSP
- Sec. Municipal de Educação

SUPLENTE

ASSOCIAÇÕES POPULARES

- APROCOM
- A.M. C. NOVA ESPERANÇA
- A.M. NOVO HORIZONTE
- A.M. SERRINHA
- A.M. ILHA CONTINENTE
- A.M. CÓRREGO GRANDE
- NUCA

PORTADORES DE PATOLOGIAS

- Associação dos Diabéticos

PROFISSIONAIS DE SAÚDE

- Associação de Odontologia
- CR Psicologia
- Sindicato de Médicos

SINDICATO DOS TRABALHADORES

- SINERGIA
- Sindicato dos Bancários
- Sindicato dos Previdenciários.

O Mocotó está representado por uma liderança comunitária que tem demonstrado perseverança em participar das reuniões mensalmente e o repasse do andamento do Conselho é feito via associação de moradores. Percebemos que está havendo uma relação fragilizada entre comunidades e o CMS. Para clarear melhor essa situação buscamos recursos teórico-práticos a partir do relatório da 1ª reunião em 13 de abril de 93.

Veja parte do relatório:

"... Esse procedimento pode obstaculizar uma participação efetiva, especialmente de segmentos populacionais distantes destas exigentes formas burocráticas. Ficam excluídos desse processo grupos e movimentos da sociedade civil que não contam com capital cultural para fazer face a tais exigências produzindo o modelo de relação dominante - os que "sabem" participar e os que "não sabem" são afastados. Tal aspecto pode comprometer a própria intencionalidade da Frente Popular, que é a da **"participação popular no Conselho Municipal de Saúde"** e a proposta expressa pelo atual Secretário de Saúde.

(Simionatto, Ivete; Nogueira, Vera R. Mª, 1993, pg 7)

Outro problema que o referido relatório mostra é a inclusão de representantes de grupos de interesses que não podem ser classificados como segmento popular. Pois, se a PMF propõe o

CMS como espaço de participação popular, é contraditório buscar ou encaminhar interesses homogêneos em se tratando de classes tão distintas.

"As representações de interesses no CMS guardam uma diferenciação de classe que se não apreendidas e tratadas de forma correta acentuarão as dificuldades, esfacelando a proposta política atual no trato das questões relativas à saúde. Deve-se levar em conta que os recursos de quem tem o poder são utilizados e com maior propriedade para manter e reproduzir esse mesmo poder.
(2 Ibid. pg 8)

Analisando o processo que se deu na reunião, via relatório, os problemas que obstaculizam uma maior participação dos representantes das comunidades pobres é o mesmo que já avaliámos na Política Pública anterior que é o Orçamento Participativo. Um número baixo de participantes é ofuscado por maior número de representantes de outras entidades com o poder do "saber" com interesses opostos a estes. Enfim, forma-se um processo burocrático capaz de expulsar qualquer participante, mesmo com vontade de lutar e perseverar junto ao poder municipal em nome de uma classe excluída.

Mesmo diante de tudo isso, o Mocotó se faz representado por uma pessoa fantástica: filha do seu tempo, soube assumir a história de sua comunidade, fez uso das dificuldades aproveitou as oportunidades, ainda que muitas vezes tenha cometido alguns equívocos, mas foi o agente precursor da história da organização dos moradores do morro da Mocotó - Dona Claudete Machado.

2.3. CEDEP: Força Articuladora Junto às Comunidades

O CEDEP enquanto organização não governamental têm relevância como força articuladora de assessoria as comunidades.

Sendo assim entendemos que:

"... O centro de Educação e Evangelização Popular nasce não a partir de um grupo que pensa num gabinete teoricamente uma organização popular, mas nasce com uma história de cada pessoa que está aqui presente, de cada homem, de cada mulher, porque é um processo que vai acontecendo".

(Wilson Groh - Presidente CEDEP)

Esse processo vem acontecendo desde os anos de 78, 79 na busca da cidadania e de uma nova qualidade de vida junto às comunidades da periferia da grande Florianópolis.

O CEDEP se constitui corpo com a soma das forças no campo da justiça da partilha de cada um, das diversidades culturais; dos sofrimentos, das angústias, da esperança, enfim, foram sonhos que, a partir da experiência de todos, se concretizaram em entidade e hoje, reconhecida como força articuladora nas comunidades empobrecidas, mediando os trabalhos organizados para que as pessoas sejam reconhecidas como sujeitos de sua história.

O CEDEP, enquanto entidade intermediária, foi construindo em sua caminhada um processo educativo como combinação do social, do político e do econômico, na perspectiva de tornar o ser humano um ser cidadão com direitos à vida: comer; beber; vestir e morar dignamente. Com essa preocupação é que a primeira luta se deu em busca da terra como direito à cidadania, que se-

gundo Marshall, (1988, pg. 57) "O conceito de cidadania compreende três elementos básicos inter-relacionados: civil, composto dos direitos necessários, à liberdade individual, de pensamentos, direito à propriedade, direito de justiça; elemento político compreende o direito de participar do poder político como autoridade ou como eleitor; elemento social, que se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico, e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade".

O que mais marca o CEDEP é que ele faz um trabalho de organização interna das comunidades, num processo de conscientização do nível político dessas pessoas, exercitando a construção de cidadania. Ou seja, ele vive uma prática diferenciada daquela proposta por entidades tradicionais com organizações verticais. Configura-se numa forma organizada de construir relações num plano horizontal onde não existe um ser objeto e outro sujeito, mas parceiros na construção da rede.³

"Na rede não existe uma disciplina que pune quem não cumpre o acordo, mas uma vontade, um desejo do novo, que é a força fundamental eu diria uma convicção para assumir o coletivo".

(Wilson Groh)

O CEDEP já foi dividido em setores para melhor assessorar os trabalhos com as comunidades e as parcerias: setor de Educação, Produção e Abastecimento, Teologia Popular, Arte e Cultura, Comunicação e Organização Comunitária.

Veja a atuação de cada setor que caracteriza a entidade, segundo o projeto de Pós-Graduação de Vilson Groh:

1) Setor de Educação: tem por objetivo desenvolver atividades educativas com crianças, adolescentes e adultos visando a conquista da cidadania. Desenvolve os seguintes projetos:

- a) Oficinas do Saber;
- b) Alfabetização de Adultos;
- c) Magistério;
- d) Cursos de Extensão.

2) Setor de Produção e Abastecimento: desenvolve nas comunidades formas alternativas de produção e abastecimento. Atua:

- a) como assessoria a grupos de produção existentes nas comunidades (padaria, marcenaria, costura e sabão);
- b) organiza os Armazéns Comunitários, existentes em 12 comunidades;
- c) articula os grupos de produção e abastecimentos para fortalecimento dos Armazéns Comunitários e construção de um sistema de cooperativismo.

3 Para aprofundar o assunto ver: Warrem - Secher I/Se rede de Movimentos Sociais - ed. Loyola, SP, 1993.

3) **Setor de Teologia Popular:** presta serviços de assessoria a grupos que desenvolvem atividades relacionadas ao aspecto religioso existente nas comunidades, colaborando para a construção de uma evangelização ecumênica e transformadora. Atividades que assessora:

- a) Catequese;
- b) Cursos de Teologia Popular;
- c) Grupos de reflexão e liturgia;
- d) Celebrações;
- e) Encontros;
- f) Grupos de Jovens (Juventude do Meio Popular).

4) **Setor de Arte e Cultura:** propõem-se a resgatar e promover os aspectos artísticos e culturais das comunidades. Contribui na organização de:

- a) Oficina de Expressão Cênica;
- b) Shows Populares;
- c) Espaços de valorização do artista popular;
- d) Oficinas de expressão artística e cultural.

5) **Setor de Organização Comunitária:** objetiva apoiar o fortalecimento da organização interna, nas comunidades. Presta assessoria para promover:

- a) articulação entre os vários grupos que exercem atividades nas comunidades;
- b) redimensionamento da atuação das Associações de Moradores;

- c) articulação com os demais grupos da sociedade civil organizada.
- 6) **Setor de Comunicação:** visa discutir o papel da comunicação na luta popular, e a importância da democratização dos meios de comunicação. Contribui na assessoria a:
- a) produção de material temático para discussão nas comunidades;
 - b) produção de jornais comunitários ou de um jornal das comunidades;
 - c) produção de vídeos (registro histórico, material de reflexão, e de divulgação das atividades desenvolvidas e da caminhada histórica construída);
 - d) relação informativa entre o CEDEP, a sociedade, as comunidades,
 - e) cursos de comunicação popular.

As relações entre os setores que se interligam com os mesmos objetivos de lutas em defesa da causa popular e procuram vivenciar suas experiências, discussões as avaliações nos espaços considerados Fóruns que se realizam sistematicamente, onde se discute inclusive a fragilidade dos trabalhos, dos recursos, materiais e mesmo os obstáculos encontrados diante dos órgãos do poder governamental. E o CEDEP enquanto ONG - Organização não governamental - esbarra com inúmeros impedimentos, mas isso não o intimida diante do objetivo proposto. Busca fortalecimento nas diferentes formas de parcerias, saindo do micro caminhando para o macro, abrindo seus horizontes de trabalhos e conhecimentos

foi buscar apoio não só a nível de cidade, Estado, País mas buscou uma relação com outros países, entre eles a Itália que através de uma educadora estabelecem um processo de cooperação que se materializou na oficina do saber, coordenado pelo setor de educação, que objetivou um trabalho de reforço pedagógico para crianças em processo de alfabetização, não pretendendo substituir a escola convencional, mas como alternativa de saber visto o grande número de evasão escolar por não corresponder ao exigido.

A idéia da oficina surgiu em 1988, no Encontro Internacional de Educadores, em Florianópolis, neste encontro estiveram presentes educadores da Itália, a convite de Vilson Groh visitaram as comunidades pobres, onde surpreendeu os visitantes com tal realidade. Disso resultou um processo de conhecimento, visitas, troca de experiências e hoje existe um trabalho de interculturalidade desenvolvido entre crianças brasileiras/italianas. (ver anexo 12).

2.4. Serviço Social Trabalhando numa Perspectiva de Organização Popular

O Setor de organizações comunitárias do CEDEF proporciona, de certa maneira, uma ponte de ligação deste com as comunidades através das associações de moradores que aglutinam as lutas e as forças, chamando todos os moradores a participar e discutir as questões que envolvem a comunidade à qual está liga-

da esta entidade que desenvolve um trabalho de organização interna entre as comunidades através das assessorias.

"Assessor ou agente, são pessoas que acompanham os trabalhos da comunidade, mesmo que não sejam moradores prestam serviços que venham atender a necessidade da mesma, sem tomar o lugar das lideranças comunitárias, porém contribuindo para que levem sua própria luta". (Gisele e Eliete...)

E nesse processo de assessorar a população ou a comunidade especificamente na conquista dos direitos, orientando-os para melhor compreender as contradições da sociedade dividida entre ricos e pobres e que se mobilizam através de organizações internas, ou seja, nos seus locais de moradia, é que o Serviço Social vai atuar. Ele vai ter uma participação nessa luta, congregando o que se faz de organização dentro da comunidade, discutindo coletivamente, no sentido de articular conjuntamente essas lutas, como um técnico que está presente na associação de moradores: provocando uma reflexão, atua sempre como um questionador para que as pessoas reflitam suas práticas (ação-reflexão-ação) e ao repensar sua ação estarão avançando para um novo caminho de superação e libertação. O que Hinkelammert chama de "sujeito livre", quando o sujeito está na base da pirâmide ele está buscando as necessidades básicas, feijão, arroz, moradia, depois escola, posto de saúde e para isso ele busca na coletividade e, por último, as preferências: em outras palavras, esse sujeito vivo desemboca no sujeito práxis, este no sujeito do saber e este no sujeito livre. (Hinkelammert pgs. 283-298)

Quando estas pessoas exercitam o processo de reflexão da ação elas estão crescendo politicamente, se habilitando a atuarem nas políticas sociais.

E o Serviço Social, enquanto um dos mecanismos de operacionalização das políticas sociais, ocupa um lugar significativo na transformação de necessidades sociais em demandas. É nesse sentido que estivemos acompanhando mais de perto o Fundo Municipal de Integração Social; Orçamento Participativo e Conselho Municipal de Saúde, procurando desvendar as muitas relações que interferem nas decisões sobre as políticas sociais públicas, contribuindo para que tais ações não se limitem apenas à prestação de serviços, mas que ultrapassem o assistencialismo, aperfeiçoando e atendendo os interesses da população.

"... considera-se fundamental o profissional que estabelece a mediação entre as propostas, as diretrizes e políticas governamentais e os organismos de execução; as instituições privadas, os próprios departamentos e repartições públicas, grupos e as associações populares. Tarefa essencial da assistência técnica e supervisão de programas em serviço social, a articulação entre instâncias decisórias e executivas pode se construir em um instrumento contribuindo para o avanço das conquistas populares..." (Nogueira, 1987. p. 85).

No processo de organização comunitária, o Serviço Social configura-se pela reflexão sobre o cotidiano, tentando relacionar e compreender o movimento das Políticas Públicas e da sociedade com as demandas dos moradores do Mocotó.

Entre tais demandas está a questão do Conselho Municipal da Saúde que está passando por um processo de fragilização na relação comunidade/conselho. Para isso mobilizamos algumas pessoas para sentar e avaliar tal processo, entre os participantes estavam:

- Conselheira Representante do Morro do Mocotó;
- Representante de CEDEP no Conselho;
- Conselheira da Pastoral da Saúde no Conselho;
- Equipe de 5 pessoas responsável pelas políticas públicas, tirada durante o planejamento do CEDEP, em março de 94, representando este e comunidades nos conselhos municipais, e Serviço Social. No dia 18 de novembro, na sede do CEDEP, os participantes discutiram as dificuldades e levaram propostas para melhorar o andamento do conselho e intensificar a participação das comunidades.

Na avaliação levantou-se o seguinte:

Com a entrada da Frente Popular houve considerável diferença em relação à gestão anterior, apontada como poder centralizado na pessoa do secretário da saúde, uso político partidário, a exclusão da participação popular, não existia planejamento, orçamento ou prestação de contas. Esses resquícios têm refletido como obstáculo para o andamento do novo conselho que encontra outras dificuldades como a grande demanda por saúde da Grande Florianópolis: os participantes do conselho com interesses diferentes, grupos com poder do saber, abafando a vontade e o direito de participação das comunidades, embora seja aberto o espaço, nem todos participam.

Os orçamentos têm passado pelo conselho para estes aprovarem ou não, mas de uma forma atropelada devido os limites dos encontros. A metodologia da eleição foi deficiente: feita a escolha do titular, pelos sete mais votados e os outros sete para suplentes, constata-se que a titular desconhece seu suplente, dificultando o relacionamento para cobertura, pois quando um não pode comparecer, o outro deveria estar presente. Existe falta de união entre os participantes das entidades populares.

Como iniciativa da Pastoral da Saúde será oferecido um curso de formação para as lideranças comunitárias em outubro para ajudar esses participantes a clarear o seu papel no conselho, porque a população, além de saber seu papel de conselheiro, terá capacidade para identificar os mecanismos que podem possibilitar ou bloquear os avanços pretendidos da nova maneira de efetivar as políticas públicas.

Se este espaço não for democrático e servir como canal de participação, melhor que não exista, porque ele pode servir como estratégia do poder e qualquer erro do governo municipal pode ser atribuído à deliberação do conselho de saúde, alegando que a decisão veio deste.

Encaminhou-se proposta de promover encontros com as comunidades para trabalhar esses esclarecimentos e preparar novos conselheiros para eleição de 95.

A complexibilidade de fatores que implicam a compreensão para a construção da democracia e dos direitos sociais como os da cidadania, tanto individuais ou coletivos, são fundamentais para o posicionamento do assistente social.

Para entender esses movimentos contraditórios entre Sociedade Civil/Estado e relações pré-estabelecidas na sociedade, foi necessário fazer uso da teoria crítico-dialético que defende a posição de que cada conceito possui em si o seu contrário, cada afirmação, a sua negação. "O mundo não é um conjunto de coisas prontas e acabadas, mas sim o resultado do movimento gerado pelo choque destes antagonismos e destas contradições" (Spindel 1991. p. 31)

Este instrumental teórico como matriz permitiu materializar o conhecimento teórico e o prático, e foi se delineando o cotidiano no trabalho com a população, surgindo as técnicas já academicamente elaboradas como: reunião com associação de moradores; visitas domiciliares, que para realidade do Mocotó foi um instrumento indispensável para uma maior relação com as pessoas onde aglomera em uma só família todos os tabus colocados pela sociedade como a violência, drogas, prostituição, homossexualismo, abandono, pobreza; enfim, são questões que trabalhamos também no coletivo, mas há casos que requerem uma individualização, como os portadores de AIDS, por exemplo, esse local tem levado um acompanhamento de afetividade, de apoio, dando a eles o direito de serem reconhecidos como pessoas com sentimentos, com vontades, com vida, há que lembrar que eles não estão mortos fisicamente e sim se sentem rejeitados por todos.

Outro instrumento técnico necessário de atuação foi a comunicação popular, procuramos usar linguagem simples, clara de horizontalidade, onde os sujeitos envolvidos pudessem comunicar-se com a mesma naturalidade do dia-a-dia.

Outro espaço do Serviço Social foram os "bingos" como uma atividade organizada da associação dos moradores com o intuito de maior união entre todos e amparar fundos para construção de sua sede de lazer e funcionamento do armazém comunitário, permitindo uma maior aproximação entre os associados e envolvidos nos preparativos para os eventos.

Percebemos com esta mobilização dos moradores que, durante os 18 meses de estágios de serviço social, foi este o período de maior participação nas reuniões da associação. Seja por uma necessidade imediata ou por solidariedade, sentimos a necessidade de incentivar a efetiva participação e despertar o interesse, buscando novas motivações.

Como recurso técnico de atuação e aproximação entre Serviço Social e comunidade houve o uso da fotografia: percebemos, então, que a máquina fotográfica/foi instrumento de grande significado: ao propor uma fotografia no coletivo ou individual sentíamos a alegria e a vontade de serem percebidos enquanto pessoa, de ser notado e registrado o momento que este sujeito ocupou um "espaço".

Entre as muitas cenas que marcaram meu estágio, houve a do momento em que entreguei a fotografia para um menino de mais ou menos 6 anos, negro, que nos encontrava na entrada do morro, sempre a brincar com uma "pipa". Certo dia perguntamos se podíamos fotografar. Varias vezes ele me perguntava - a foto está pronta tia? Eu não podia imaginar que importância ele tinha dado àquele momento de ser fotografado e isto se revelou no momento em que entreguei sua foto. Ficou estampada em seus olhos

tamanha satisfação, a alegria de estar se vendo naquela foto, como se estivesse marcando ali sua identidade.

Buscando saber mais sobre esse menino, soubemos que, ele é criado com mais dois irmãos por uma tia, devido à morte de seus pais.

Por esse e outros motivos é que percebo que não poderia ter feito melhor escolha de estágio do que o de comunidade, principalmente a do Mocotó, onde construímos uma relação de afeto de formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas são o resultado de um ano e meio de experiência junto aos moradores do morro do Mocotó. Presenciando a realidade, ouvindo depoimentos, relatos, participando nos espaços da associação de moradores e outras organizações internas, que permitiram a matéria prima para vir construindo/reconstruindo este documento com a história deste povo.

Historicamente, não apenas conhecendo o morro aqui e agora, mas se ele se apresenta assim hoje, e porque tem uma história a qual tentei resgatar e registrar a partir do conhecimento que adquiri através de suas relações: sociais, econômicas, políticas e cultural, possibilitou o desvendar por trás da aparência dos fatos, indo buscar a realidade como ela é. Não partindo do conhecimento especulativo, mas do real, participando junto com os sujeitos no seu cotidiano, pressupondo transformar esse real, ir além da imagem que é passada à sociedade, ou melhor ultrapassar a visão que a sociedade têm do morro do Mocotó, taxando o lugar como perigoso e outros dados pejorativos, mas que existem ali pessoas, famílias, uma comunidade que luta para viver com dignidade.

Apresentei algumas referências para pensar a trama do cotidiano como sendo a trama do acontecer concreto da vida e das

lutas dessa população. Acontecer no qual o projeto social capitalista se tece e se estabelece como hegemônico, ao mesmo tempo em que outros projetos sociais aí também se gestam. Uma maneira de pensar. Mencionei também alguns desafios que, entre muitos outros, se manifestam quando a intenção é construir, no concreto do dia-a-dia de uma alternativa de vida social.

Hoje posso dar a minha versão do movimento histórico dos moradores do Mocotó, baseada no que presenciei, no que aprendi; daí a noção de que conhecimento envolve teoria e prática.

Ao chegar fui descobrindo meus próprios preconceitos oriundos de um modelo social capitalista interiorizado e reforçado dia-a-dia, percebendo a comunidade a primeira vista com os mesmos olhos do preconceito da sociedade. Aos poucos fui superando o medo, compreendendo os efeitos do impacto da nova experiência, não tinha convivido com uma comunidade. Não que eu tenha vindo de uma situação social muito diferente mas a realidade era outra.

Hoje esse povo faz parte da minha história.

BIBLIOGRAFIA

1. BOLETIM INFORMATIVO. Cólera nº 3. Secretaria de Estado da Saúde. Esteves Junior, 160/12º andar - edifício Halley. Sub-comissão de Educação em Saúde/Divulgação. CEP 88.015-530 - Florianópolis - Santa Catarina, 1993.
2. CABRAL, R. Osvaldo. História de Santa Catarina. 3 ed. Florianópolis: Lunardeli, 1987.
3. COOPERAÇÃO. A Cidadania Fala: Encontro Público. Centro de Educação e Evangelização Popular. Visconde de Ouro Preto, 308, térreo; CEP 88.020-040 - Florianópolis - S.C. Brasil.
4. CORREA, Carlos Umberto p. História Oral: Teoria e Técnica. Florianópolis: UFSC, 1978, p.14-15.
5. COSTA, Beatriz. A Força do Cotidiano, in: Cadernos do CEAS. Salvador - Bahia: Loyola. nº 136, nov/dez, 1991.
6. COZINHA de A a Z. Abril Cultural, 1973. vol. 6, p.1310.

7. FOME NUNCA MAIS. Boletim Informativo da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, Comitê Regional de Florianópolis, nº 3. End.: Av. Mauro Ramos, 722.
8. FREIRE, Paulo. Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: 3. ed. 1980, p.27.
9. GROH, Vilson. Ante-Projeto: Relações de poder/saber vertical versus relação de poder/saber horizontal na superação do corporativismo nas organizações de movimentos de lutas sociais e políticas. Mestrado em Educação. Florianópolis, outubro de 1994.
10. HINKELAMMERT, Franz Josef. Critica à razão utópica. São Paulo: Paulinas, 1986, p.283-298.
11. INFORMATIVO CEDEP. Centro de Educação e Evangelização Popular. Florianópolis. Maio 1994, nº 4 e b.
12. JACOBI, Pedro, et al. Movimentos Sociais: pontos e contra pontos. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 28, p.48-58, dezembro 1983.
13. ----- . Movimentos Sociais Urbanos, os desafios da cidadania in: Cadernos do CEAS. Salvador. Bahia. Loyola. nº 129, set/out 1990, p. 34-43.

14. LAATSCH, Rosemeri. Comunidade Santa Terezinha II: sua organização na relação de poder. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social. 1993. (Trabalho e conclusão de Curso).
15. LEAL, Antonio. Fala Maria Favelal: uma experiência criativa em alfabetização. Rio de Janeiro: Kizumba, [s/d] 5 ed., p.14.
16. MATOS, F. C. Olgária. Reflexões sobre o amor e a mercadoria in:
17. MOTTA, Fernandes C. Prestes. O que é burocracia. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense 1988. col ios panos, p.38.
18. NÃO DEIXE NINGUEM DECIDIR POR VOCÊ. Orçamento participativo. Prefeitura de Vitória - Espírito Santo, 1991.
19. NOGUEIRA, Vera Maria R. et al. Assistência técnica e supervisão de programas em Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez nº 27, outubro, 1988, p.85.
20. O QUE É SER LIDER? 1991. Associação difusora de treinamento e projetos pedagógicos. Desembarcador Westphalen, 1373. Fone (041) 223-3260 - CGC 76006188/0001-47 - 80.230. Curitiba - Paraná - Brasil.

21. T.H. MARSHAL. "Cidadania e Classe Social" in: Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro> Zahar [s/d], p.57.114.
22. TOMAZ, Zelma Torres. O que todo cidadão precisa saber sobre: Saúde e Estado brasileiro. São Paulo> Global, 1986, p.45-75.

ANEXOS

ANEXO 1

pedaços de toucinho, levando-se novamente ao fogo até que as unhas do mocotó fiquem moles. É servido com pirão feito de farinha de mandioca e o caldo que fica na panela.

Mais comum que o prato chamado mocotó, é a geléia, consumida sob a forma de doce, tipo gelatina ou geléia, para passar no pão.

Como o consumo do mocotó não é muito grande, ele é encontrado já separado em três partes: tendões e ligamentos, aproveitados industrialmente para a preparação da gelatina comestível; ossos, que produzem óleo; e cola; e entram na fabricação de botões e as unhas que, como os ossos, vão para as fábricas de botões.

Valor nutritivo

Contém proteínas, gorduras e hidratos de carbono. Cem gramas de mocotó fornecem 97,4 calorias, teor relativamente baixo, o que o recomenda para as pessoas que devem restringir as calorias, gorduras e hidratos de carbono.

É particularmente rico em cálcio

que provém dos ossos, em especial quando se acrescenta alguma substância ácida (limão, vinagre), que ajuda a solubilizar o cálcio. Contém vitaminas do complexo B.

A geléia de mocotó é de digestão mais fácil que o mocotó propriamente dito, sendo por isso recomendada às crianças e pessoas em convalescença.

Como comprar

Por ser de pouco consumo, o mocotó não é encontrado em abundância. Pode ser comprado nos supermercados, açougues e casas de carne ou feiras livres.

Para ser considerado bom, o mocotó deve ter odor suave, com a cor característica sem manchas escuras.

Para calcular a quantidade, são necessários em média 100 g (peso bruto) de mocotó para se obter 30 g aproveitáveis.

Conservação

Quando fresco, o mocotó pode ser conservado até por três dias na gaveta própria para carnes do refrigerador.

Como trabalhar

Ao comprar o mocotó, peça que ele seja partido em pedaços, de preferência com a machadinha apropriada. Isso não só facilita a limpeza como permite que caiba na panela. Se vier com as unhas, arranque-as, deixando-o de molho em água fria por uma hora. Em seguida, esfregue com uma escovinha própria (do tipo de unhas) ou raspe com faca afiada, preparando o mocotó como indicam as receitas. A primeira operação geralmente é levar o mocotó ao fogo até que a carne esteja se separando dos ossos. Retira-se do fogo, deixando-o num recipiente até o dia seguinte para a retirada do excesso de gordura que acumula na superfície.

Preparado ou não no mesmo dia, o caldo do mocotó pode sempre ser aproveitado para fazer gelatina ou geléia de mocotó. Quando aproveitado para a geléia, deve passá-lo antes por guardanapo ou peneira fina. Se estiver muito solidificado, acrescente um pouco de água quente

MOCOTÓ COM ALFACE



MOCOTÓ

te. Junte quatro claras em neve para cada mocotó, levando novamente ao fogo, mexendo sempre até que fique transparente. Passe de novo o caldo num guardanapo juntando os ingredientes da receita.

Combinações

Sirva o mocotó como prato principal: ensopado ao molho de tomate, com lingüiça, paio, bacon, etc., acompanhado de arroz branco.

Pode ainda ser combinado com couve, repolho e berinjelas.

caldo gelatinado



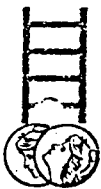
Preparo: 30 minutos.
Fogo: 50 minutos.
Rendimento: 1 litro de caldo.
Uso: para carnes, ensopados, etc.

Ingredientes: 1 litro de caldo de mocotó clarificado (ver receita básica), 2 cenouras picadas, 1 alho-porro picado, 1 cebola picada, 1 amarrado de cheiro verde, louro, sal, 2 xícaras (de chá) de vinho branco (seco).

1 - Coloque o caldo clarificado numa panela grande. Despeje os ingredientes restantes e misture tudo muito bem. Leve ao fogo baixo e deixe durante 50 minutos.

2 - Retire, coe num guardanapo. Use para preparar pratos à base de carnes, ensopados, etc.

geléia de mocotó



Preparo: 30 minutos.
Fogo: 50 minutos.
Rendimento: 1 litro de geléia.
Uso: como sobremesa.

Ingredientes: 1 litro de caldo de mocotó clarificado (v. receita básica), 1 1/2 xícara (de chá) de vinho

branco seco, 1 xícara (de chá) de vinho tipo Porto, 2 pedaços de canela, 2 xícaras (de chá) de açúcar, 4 cravos-da-índia, 4 colheres (de sopa) de suco de limão, 1 colher (de café) de noz-moscada ralada, 1 colher (de chá) de erva doce.

1 - Despeje o caldo de mocotó em uma panela. Junte os ingredientes restantes e misture bem. Leve ao fogo baixo e deixe ferver por cerca de 50 minutos. Retire, coe aos poucos em um guardanapo úmido.

2 - Esfrie e despeje em taças e leve à geladeira até endurecer.

mocotó com alface



Preparo: 50 minutos.
Fogo: 1 hora.
Forno: 20 minutos.
Uso: como prato principal em refeições rústicas.

Ingredientes: 1 receita básica de mocotó, 1 litro de caldo gelatinado, 2 cenouras picadas, 1 alho-porro picado, 1 cebola em rodelas, 3 tomates picados, 1 amarrado de cheiro verde, 1 colher (de sopa) de sal, 1 xícara (de chá) de vinho branco seco, 2 colheres (de sopa) de manteiga, 6 pés de alface grandes.

1 - Cozinhe o mocotó de acordo com a receita básica.

2 - Junte ao caldo gelatinado as cenouras, alho-porro, cebola, tomates, cheiro verde, sal e vinho. Leve ao fogo baixo e deixe ferver por 50 minutos. Tire e passe por peneira.

3 - Aqueça a manteiga. Junte o mocotó e refogue por alguns minutos. Retire e passe para uma forma refratária. Cubra com o molho e leve ao fogo médio por 20 minutos.

4 - Enquanto isso, lave os pés de alface inteiros e amarre as folhas com barbante. Mergulhe em água fervente por alguns minutos. Retire e deixe escorrer.

5 - Aqueça 1 colher de manteiga. Junte a alface (sem o barbante), sal e pimenta. Refogue rapidamente.

6 - Tire o mocotó do forno. Disponha dos lados a alface e sirva bem quente.

mocotó de porco com maçã



Preparo: 1 hora.
Fogo: 5 minutos.
Para 8 pessoas.

Uso: refeições especiais.

Ingredientes: 1 1/2 kg de carne de porco em um só pedaço, 2 dentes de alho amassado, sal, pimenta-do-reino, 1 xícara (de chá) de suco de limão, 1 xícara (de chá) de vinho branco seco, 1 folha de louro, amarrado de cheiro verde, 2 colheres (de sopa) de manteiga, 6 maçãs médias, 20 cravos-da-índia, 1/2 litro de caldo de mocotó (v. receita básica), 2 xícaras (de chá) de geléia de mocotó (v. receita de geléia), 1 pé de alface picada.

1 - Retire o excesso de gordura da carne e corte com uma faca bem afiada, formando um retângulo. Tempere com a mistura de alho, sal, pimenta e 1/2 xícara de suco de limão. Cubra com vinho e junte o cheiro verde e louro. Deixe tomar gosto de véspera.

2 - Retire a carne dos temperos. Enrole e amarre com um barbante. Coloque em uma assadeira untada e besunte-a com manteiga. Cubra com papel de alumínio. Leve ao forno médio por 50 minutos.

3 - Descasque as maçãs e regue com suco de limão. Faça em cada uma, no centro, uma pequena cavidade, espetando nela de 3 a 4 cravos. Reserve.

4 - Coe o tempero de vinho. Junte o caldo de mocotó e leve ao fogo para ferver por 5 minutos.

5 - Tire o papel de alumínio da

ANEXO 2

A MULHER QUE

DONA MARIA VIVEU 134 ANOS!!!

to de Manoel de Menezes

Entrevistei uma senhora, que foi testemunha de uma página da História da velha Desterro — Ela viveu quase um século e meio e presenciou a existência dos nossos antepassados — Ela parecia vinda de um outro mundo, do qual não existiam mais nem leves vestígios.



LORES que recebi, entreguel a
ersariante Dona Maria, que
pletava naquele dia os seus
jos e sofridos 134 anos de
iel... Do velho SANTO ANTÔ-
DE LISBOA, a idosa senhora
o terminar sua existência no
ro do MOCOTO, ao lado dos Ve-
os da Ilha.

Um homem de côm, aparentando ter uns 60 anos, apareceu na redação do meu jornal e convidou-me para ir até o morro do Mocotó, afim de assistir a festa de aniversário da tia de sua mãe, Dona Maria, que no dia seguinte, completaria, nada mais, nada menos do que 134 anos de existência!...

Este é um chamado popular, que alegre e emociona qualquer jornalista, sem levar em conta a importância da notícia, que não é nada comum. Basta fazer a pergunta: Quem já conheceu alguma

pessoa com a idade de 134 anos?

Enfim, lá fui eu abraçar aquela respeitável criatura, que por incrível que pareça, estava mesmo completando tão avançada idade!

Encontrei-a quase surda, porém, ainda um pouco lúcida e capaz de conversar. Falou-me um pouco da vida de nossa cidade, que conhecia pelo nome de DESTERRO e que tudo *lá* começado no lugar de nome S^hINTO ANTÔNIO DE LISBOA; onde uma ou duas vezes por ano, era costume dos morado-

ESQUECEU DE MORRER

res, viajarem até aqui, no DESTERRO, em cujas redondezas os navios vinham ancorar. Contou-me que os ricos moravam em SANTO ANTÓNIO DE LISBOA e que eram muito abastados. Costumavam realizar os casamentos dos filhos, na Igreja da Lagoa da Conceição. Para onde iam montados em belos cavalos ou em viajando em bonitas carretas, para comparecer em festas de tanta importância. Tudo o que anotei, publiquei nas páginas do meu jornal A VERDADE, pelo crédito que dei a uma pessoa de tão avançada idade.

Durante a entrevista, sua sobrinha, uma senhora de 96 anos de idade, ouvia com atenção os relatos da idosa tia e dos fatos relatados que tinha conhecimento, confirmava à este repórter. Para completar, a própria sobrinha, acabou por apresentar-me, um filho seu que dizia estar com mais de 63 anos de idade. Várias fotos que foram estampadas nas páginas de A VERDADE, aqui as republicamos para documentar esta reportagem.

Fato curioso aconteceu com esta publicação. Com tarimba jornalística, esperava uma repercussão enorme e sensacional para a reportagem, entretanto, vocês sabem que isto não aconteceu. Acredito que tal não aconteceu, porque a nossa cidade é um pouco diferente das outras, que sem dúvida dariam uma valiosa atenção para tão auspicioso acontecimento e tão curioso e inédito fato. Depois disso, acredito que até o próprio Matusalém, desfilando no Marta Rocha, pelas ruas da Ilha do Desterro, não faria o menor sucesso. . .

Não passou muito tempo, fui avisado que aquela senhora de 134 anos de idade, havia falecido. Havia festejado o seu último aniversário. Para minha alegria e doce lembrança (porque gosto e sempre gostei de gente simples) estive presente.

No cemitério, compareci e fiz uso da palavra, para levar-lhe o meu derradeiro e sentido adeus. . .

Não vi, poria, nenhum político e posso explicar porque. Dona MARIA não tinha morrido em eleições de eleições!



OS CABELOS COR DE NEVE de Dona MARIA, sugeriam a lembrança — perdida no tempo — dos primeiros episódios históricos da velha Desterro. Que lástima, que o passar dos anos, desvanece a memória e não permite que os idosos, contem com clareza, os acontecimentos que presenciaram. . .



Este o filho da sobrinha de Dona Maria, que compareceu ao jornal A VERDADE, para convidar e autor desta reportagem, ao aniversário mais fantástico que já fui em minha vida.



Nesta foto, Dona Maria dizia: "Meu filho, com um vintém se comprava quase um boi. As filhas dos ricos só casavam na Igreja da Lagoa da Conceição. Só de baleeira é que se vinha de SANTO ANTÓNIO DE LISBOA para aqui, onde hoje é a cidade. . ."

ANEXO 3

COMIDA DE GRAÇA NÃO É SUFICIENTE

**Armazéns
comunitários
vendem
alimentos a
preço de
custo**

foto: Valdir cachoeira

Todo final de semana é a mesma coisa. Maria Aparecida, de Jesus, a Lili, de 35 anos, se transforma. Ela deixa de ser dona de casa, a faxineira e a líder comunitária, e passa a ser comerciante sem lucro. Toda sexta-feira, sábado e domingo, Lili comanda a venda em um dos Armazéns Comunitários

Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que se realizava no Estreito. Hoje o comitê funciona na sede da LBA, avenida Mauro Ramos, 722.

Foram nestas reuniões que a proposta de criar os armazéns evoluiu, e hoje já existem 13 nas comunidades carentes da Capital. Na Vila Aparecida, na comunidade Chico Mendes, no Pedregal, no Morro do Horácio, no Solimar, na comunidade Novo Horizonte, Nova Esperança, na Ponte de Imaurim, na Santa Terezinha, na Ilha/Continente, no Mont Serrat e no Morro da Caixa (Continente), além do Mocotó. A idéia inicial, concretizada rapidamente, foi a de adquirir o

mais barato. Com o tempo, alimentos oferecidos começaram a ser diversificados. Foi incluído o leite em pó, o café, a bolacha. E já existe a intenção de ampliar também para hortigranjeiros.

Produção própria

Alguns produtos comercializados hoje nos armazéns são produzidos pelas próprias comunidades como o sabão, a bolacha e o pão. Na semana passada o armazém do Mocotó estava vendendo também frango. "Estamos experimentando. Eu acho que vai dar certo. O nosso frango é melhorado que é vendido lá em baixo (no mercado), porque é mais fresquinho (resfriado), nós, os mercados são congelado" explicou Lili.

O armazém do Mocotó atende hoje cerca de 346 famílias, envolvendo aproximadamente 1.500 pessoas. "Isto está muito bom. Foi uma

lar) é que organiza as compras e recolhe o dinheiro das vendas. Toda segunda-feira, ou após o funcionamento dos armazéns, os responsáveis têm que prestar conta do que foi comercializado. Os produtos fabricados nas comunidades são vendidos com uma pequena margem de lucro, cerca de R\$ 00,50, o que possibilitou a formação de fundo comum.

Com a implantação do Plano Real os armazéns passaram a enfrentar alguma dificuldade, porque passaram a competir com o mercado "lá de baixo". "Como o supermercado comprava em grandes volumes eles passaram a oferecer alguns produtos mais baratos, mas que no fundo servem para atrair as pessoas e convencê-las a levarem outras coisas. Algumas pessoas chegaram até a reclamar que nossos preços estavam equilibrados", afirmou Lili. Mas esta semana as coisas já com



ANEXO 4

R.P.S

Jandyr Nascimento.



Quando chove a água contaminada invade as residências.

No morro do Mocotó os ratos chegam a atacar as crianças



James Tavares

De repente, num sábado de manhã, perto das eleições de 15 de novembro, eles vieram aqui e melhoraram um pouco a situação de algumas valas", disse uma moradora do morro do Mocotó. No total são três grandes valas que despejam o morro, nas quais são despejadas águas de esgoto, que passam em frente das 211 casas existentes no local onde moram 335 famílias.

Ela disse que técnicos do Instituto de Planejamento Urbano (Ipu) estiveram medindo a área para tapar as valas. Porém promessas sempre são feitas e a proposta de cobrir todos os buracos existe há tempo, porém apenas alguns metotubos foram colocados, bem como alguns muros. Mesmo assim eles continuam abertos, transbordando quando chove e espalhando água contaminada em frente às casas. A mesma moradora garantiu que as crianças são saudas, apenas algumas possuem problemas com pequenos machucados que inflamam facilmente.

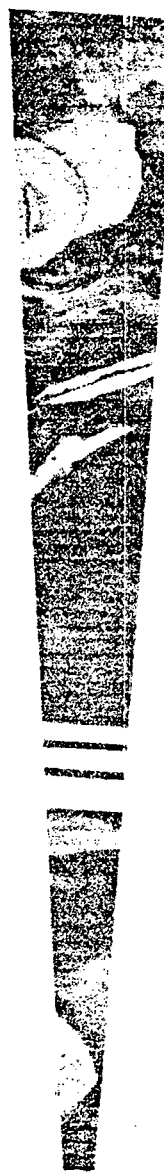
Com medo de que outros moradores não gostem de suas declarações, ela afirma que os ratos que existem dentro das casas são camundongos. Ela procura esconder outros problemas. Já outra moradora que estava ao lado escutando a conversa, não teve medo e disse: "tem cada rato desse tamanho, parece com um gambá. Eles entram em casa e reviram tudo. Se sobrar um pedaço de carne dentro do forno, sumirá logo" e à noite, garante começa o grande desfile dos bichanos.

Tem também o caso de Miriam, filha da Carolina. Ela tem apenas oito meses e o rato subiu em cima do berço e roeu a ponta do nariz e do dedo da menina. Ela ficou internada um tempo no hospital infantil, voltou para casa e agora deve ter voltado outra vez para lá", concluiu ela.

O julgamento de Jean Harris
cção: George Schaefer, com Eil Martin Balsan, Richard Dy Coyne.

Brilhante e refinada, adm de um a escola, Jean Harris é assassinada o namorado, Herr tower, respeitado cardiologista. Jado George Bolen acusa Jean matar o por ciúmes, pois a mandaciara para viver com sua a. Joel Aurnou defende Jean. ue Herman morreu num acidente imordir sua namorada de uicido e que as acusações de adas é um longo e emocionan vento casado em fatos reais.

O Malo Louco dos Raubos
o: Gower Champion, com Staff Ace by Cassidy, Sorrell Brooke.



...ito e esperam
...a nossa char...
...vir. Este dia,
...strativa dos
...está cada vez

ANEXO 5

PERIGO DAS ÁGUAS (4)

Rezar é a única defesa para moradores do morro

Os deslizamentos de terra e pedras são uma ameaça constante em época de muita chuva. Faxineira tem medo que a casa, no Mocotó, seja destruída

COLOMBO DE SOUZA

Quando chove forte a faxineira Ilma Maria dos Santos, 59 anos, não dorme sossegada porque o barro desliza, além da ameaça de rolar pedra morro abaixo em direção a sua casa, na rua 13 de maio, no



Morro do Mocotó, na Capital. Ilma diz que sempre morou no local e antes não havia perigo de desmoronamento, mas o problema começou a surgir em 1991 depois que um vizinho retirou pedras, acima de sua residência, para construir. A faxineira lembra que na primeira enxurrada daquele ano a filha Andréia perdeu a casa. "As paredes não suportaram a força do

desmoramento." No local onde Andréia morava com a filha Priscila, de 5 anos, restaram apenas quatro paredes.

Agora Andréia e a filha moram com Ilma. Mas a cada dia de chuva, as três rezam para não acontecer o pior. "A gente fica preocupada e se vive sempre em tensão", afirma Andréia. No ano passado, o barro que desceu do morro arrebentou a parede lateral, e não matou as moradoras por sorte.

Sem marido, Ilma e a filha passam a mão na enxada e vão retirando o monte de barro junto à residência. O material é

transportado um pouco mais para cima. Mas toda vez que chove, desmorona.

A Prefeitura tentou amenizar o problema, construindo um muro de arrimo em volta da casa. Não adiantou. Para se ter uma idéia do perigo que ronda a família, além do barro, há duas pedras grandes que ameaçam rolar. Ilma diz que não tem para onde ir e não entende porque os fiscais da Prefeitura deixam moradores arrancar pedras, para construir, colocando em risco a vida de quem mora embaixo.

Área de risco



DAVI ZOCOLI/DC

Ilma Maria afirma que a retirada de pedras pode causar tragédia no morro

ANEXO 6

- DECRETO Nº 509/93

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL PARA O ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS CARENTES E DA OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Florianópolis no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 10 da Lei nº 3.210 de 03 de julho de 1989 e Art. 5º da Lei nº 3.769 de 28 de maio de 1992.

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

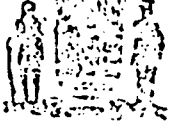
DO OBJETIVO

Art. 1º - O Fundo Municipal de Integração Social, instituído pela Lei nº 3.210 de 03 de julho de 1989 e pela Lei nº 3.769 de 28 de maio de 1992, destina-se ao assentamento de famílias de baixa renda, bem como a sua integração no espaço urbano.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 2º - Constituem recursos financeiros do Fundo Municipal



de Integração Social:

- I - Produto de alienação de bens imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Florianópolis;
Na compra da Lidia
- II - Subvenções ou auxílios provenientes do Governo Federal e Estadual;
- III - Dotações orçamentárias ou subvenções que tenham sido configuradas no orçamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- IV - Auxílios, doações ou contribuições provenientes das Prefeituras Municipais, que compõem a Grande Florianópolis, que desejarem promover assentamentos em Projetos conjuntos;
- V - Auxílios, doações e contribuições de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito privado;
- VI - Tributos específicos a serem instituídos;
- VII - Receita proveniente da participação dos assentados na aquisição dos respectivos imóveis;
- VIII - Produto da aplicação financeira das disponibilidades do Fundo, no mercado financeiro;

Fazer um resumo com uma linguagem mais simples p/ os conselheiros
Art. 3º - O superavit financeiro do Fundo Municipal de Integração Social, apurado em balanço, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do referido Fundo.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 4º - O Fundo Municipal de Integração Social, será gerido por um Conselho Administrativo, composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pelo Executivo Municipal e 3 (três) pelos Conselhos ou Associações Comunitárias, legalmente constituídas.

§ 1º - O Conselho Administrativo será presidido por um dos 3 (três) representantes indicados pelo Executivo Municipal, escolhido pelos Membros do Conselho;

§ 2º - A permanência dos demais membros do Conselho Administrativo, de que trata este artigo será de 2 (dois) anos.

Art. 5º - Compete ao Conselho Administrativo:

Verificar o que diz os termos q o Fundo pode vir fazer

I - Avaliar convênios e termos de compromisso a serem firmados com órgãos e entidades, principalmente, no que ^{de respeito} tange à integração sócio-cultural das famílias envolvidas; *verificar a realidade de cada um.*

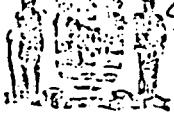
II - Aprovar o plano de aplicação dos recursos do presente Fundo;

III - Resolver sobre ^{Ligadas aos objetivos do Fundo} questões atinentes aos objetivos do Fundo; *(para famílias de baixa renda)*

IV - Zelar pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Integração Social;

V - ^{Ser claro e ter objetivos nas ações em tempo determinado} Estabelecer a Sistemática operacional das ações a serem desenvolvidas pelo FMS. *(discutir e encaminhá-las)*

Art. 6º - São atribuições do Presidente do Conselho Admini



Tirado o Nome do Presidente do Conselho - *Flávio de Jesus*
Daniel - Elton - Erick - Alcione - João, Lídia e Dirceu
rativo:

- I - Representar o Conselho Administrativo nas assinaturas de convênios e termos de compromisso com órgãos e entidades, referentes a assuntos relacionados com os objetivos do Fundo em questão, inclusive, no que tange a integração sócio-cultural das famílias envolvidas;
- II - Prever e prover os recursos necessários ao alcance dos objetivos do FMS;
- III - Responsabilidade pela guarda e boa aplicação dos recursos do FMS;
- IV - Autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias e financeiras e em conformidade com o plano de aplicação dos recursos;
- V - Prestar contas da aplicação de auxílios, subvenções, acordos, convênios e outros, relativos aos recursos recebidos da União, Estado e Municípios, conforme exigir a legislação pertinente;
- VI - Encaminhar, aos órgãos competentes, na forma e prazos previstos neste regulamento, as prestações de contas da aplicação dos Recursos do Fundo;
- VII - Movimentar as contas bancárias do Fundo, em conjunto com o responsável pela Tesouraria do Conselho Administrativo;
- VIII - Indicar o Tesoureiro e o Contador do FMS;
- IX - Compor a Assessoria Técnica do Fundo buscando funcionários da Administração Municipal e nas Entidades envolvidas para o desenvolvimento das

ações inerentes as atividades do Fundo.

CAPÍTULO IV

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

- Art. 79 - Os recursos especificados no Art. 2º deste Regulamento, serão recebidos e contabilizados pelo Fundo Municipal de Integração Social, mediante depósito em conta especial aberta para essa finalidade, em estabelecimento bancário oficial.
- Art. 8º - As disponibilidades financeiras do Fundo Municipal de Integração Social, serão movimentadas conjuntamente pela Presidência e Tesouraria do Conselho Administrativo.
- Art. 9º - Os recursos do Fundo Municipal de Integração Social, serão aplicados em conformidade com o Plano de Aplicação e Desenvolvimento Social e priorizando a aquisição de imóveis destinados a famílias de baixa renda e em projetos que promovam a integração sócio-cultural das famílias.
- I - Visando a operacionalidade e manutenção do Fundo, os recursos do mesmo poderão ser utilizados também no pagamento de materiais permanentes ou de consumo e prestação de serviços;
 - II - Em cada área de atuação do Fundo, a comunidade beneficiada participará das ações do Fundo Municipal de Integração Social, através de seu Conselho ou Associação Comunitária, legalmente constituída.

Art. 10 - Os imóveis adquiridos na forma do disposto no Artigo anterior, serão repassados aos adquirentes através de Contrato de Promessa de Compra e Venda dos adquirentes que serão firmados entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis, em até 25 anos' com valor não superior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo.

PARAGRAFO UNICO - As famílias candidatas à aquisição de imóveis serão selecionadas observando-se a situação sócio-econômica em que se encontram, tendo prioridade as que melhor preencherem as seguintes condições básicas:

- a) Maior tempo de residência no Município;
- b) Renda familiar inferior a 3 (três) salários mínimos;
- c) Menor renda percapta;
- d) Família com maior número de dependentes.

CAPITULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11 - O Conselho Administrativo elaborará e remeterá:

1 - AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO;

1 - MENSALMENTE, até último dia do mês subsequente, em 1 (uma) via, os anexos e documentos seguintes:

- a) Balancete Financeiro (Anexo TC-05);
- b) Demonstrativo dos recursos recebidos a qualquer título (Anexo TC-06);
- c) Comparativo de Despesas autorizada com a Empenhada (Anexo TC-06);
- d) Cópia da alteração do Plano de Aplicação aprovada pela autoridade competente.

II - TRIMESTRALMENTE, até o último dia útil do mês subsequente a cada trimestre, os seguintes Anexos:

- a) Balancete da Razão (Anexo TC-01);
- b) Demonstração da Conta Bancos (Anexo TC-02);
- c) Conciliação Bancária, acompanhada dos respectivos Extratos Bancários (Anexo TC-04).

III - O BALANÇO ANUAL, no prazo de 90 (noventa) dias subsequentes ao encerramento do exercício, em 2 (duas) vias, composto dos seguintes Anexos:

Balanco Financeiro, Balanco Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, na forma da Lei Federal nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e a legislação pertinente e integrado ainda pelos anexos: Relação de Credores (Anexo TC-12); Relação dos Devedores em atraso (Anexo TC-13); Relação de Estoque em Almoarifada (Anexo TC-21).

IV - O PLANO DE APLICAÇÃO, no prazo de 30 (trinta) dias

subseqüente ao início do exercício ou do seu funcionamento, que demonstre a previsão da origem e da aplicação dos recursos, aprovados pela autoridade competente.

2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - Cópias dos documentos, que serão encaminhados ao Tribunal de Contas, previstos no item anterior.

3 - A CAMARA MUNICIPAL - Trimestralmente, balancete circunstanciado da movimentação do Fundo compreendendo:

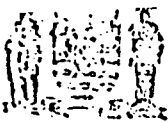
- 1) Comparativo da receita estimada com a arrecadada;
- 2) Comparativo da despesa realizada com a autorizada;
- 3) Demonstrativo da conta bancária.

V - A ENTIDADES, repassadoras de recursos provenientes de auxílios, acordos e convênios - A prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma e prazos por eles estabelecidos.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Para execução inicial do presente Regulamento, é imperativo o cumprimento do Termo de Compromisso subscrito em 10.05.89 que passa a fazer parte integrante deste Decreto, do qual fazem parte também o Governo do Estado, a COHAB, a CASAN e a CELESC.



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

Art. 13 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo que posteriormente, o mesmo será encaminhado ao T.C.E, no prazo de 30 (trinta) dias.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 20 de maio de 1993

Sergio Jose Grandoso
SERGIO JOSE GRANDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO 7

Termo de posse

Nos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e quatro, no gabinete do Prefeito Municipal, Professor Sérgio José Grando, compareceram para tomar posse como membros do Conselho Administrativo do Fundo de Integração para o Assentamento de Famílias de Baixa Renda, Flávio Ricardo Liberali Mogajewski, Secretário Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social,

Dalton Silva Ribeiro, Secretário Regional do Continente e José Rárcio de Almeida Gomes, Diretor Presidente do IPUF, como membros da Prefeitura Municipal de Florianópolis e Lúcia Aparecida Marques, Jair Alves e Salma Bonardes Bosta, como representantes titulares e Maria Aparecida de Jesus, Turcu A. da Silva e Gislene do Nascimento, como suplentes — indicados pelas Entidades Comunitárias de Florianópolis.

Os membros do Conselho, foram designados através do Decreto nº 716/94, em conformidade com a Lei nº 3.210/89.

Poco Municipal em Florianópolis, aos 05 de Setembro de 1994

~~Flávio Ricardo Liberali Mogajewski~~
~~Dalton Silva Ribeiro~~
Lúcia Aparecida Marques
Jair Alves
Salma Bonardes Bosta
Maria Aparecida de Jesus
Turcu A. da Silva
Gislene do Nascimento

M.ª Aparecida de Jesus
Giulaine R. Do Nascimento TO

Paulo

Andre

ANEXO 8

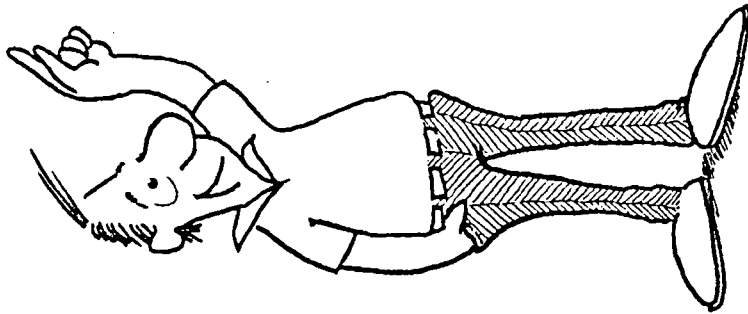


ANEXO 9

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 95

ASSEMBLÉIAS REGIONAIS

Lembre-se:
você é a maior
garantia do
Orçamento
Participativo!
Contribua.
Participe
na sua
comunidade.



Informações:
 Gaplan
 Fones 24-0551 / 24-7999

Região	Comunidades	Data	Horário	Local
I	Balneário, J. Atlântico, Procasa, Colônia, Canto e proximidades	25/07 2ª-feira	19:00	Igreja Nossa Senhora da Glória
II	Capoeiras, Estreito, Morro do Geraldo, Vila S. João, Bairro de Fátima, Morro da Caixa, Jardim Ilha/Contingente e proximidades	26/07 3ª-feira	19:00	Igreja São João Batista e Santa Luiza
III	Abraão, Bom Abrigo, Itaguacu, Coqueiros, Vila Aparecida e proximidades	27/07 4ª-feira	19:00	Igreja Nossa Senhora do Carmo
IV	Centro	28/07 5ª-feira	19:00	Auditório da Prefeitura Municipal
V	Morro do Céu, Monsenhor Topp, Morro da Caixa, Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Mont Serrat e proximidades	29/07 6ª-feira	19:00	Escola Técnica Federal
VI	Agronômica, Campus Universitário, Trindade, Morro do Horário, Serrinha e proximidades	1º/08 2ª-feira	19:00	Igreja da Santíssima Trindade
VII	José Mendes, Saco dos Limões, Costeira do Pirajubá, Carianos, Valerim e proximidades	02/08 3ª-feira	19:00	Conselho Comunitário da Costeira do Pirajubá
VIII	Itacorubi, Córrego Grande, Sta. Mônica, S. Jorge, Anchieta, Pantanal, Saco Grande I e proximidades	03/08 4ª-feira	19:00	Auditório da Telesc
IX	Cacupé, S. Antônio de Lisboa, Sambaqui, Barra do Sambaqui, P. da Figueira, M. Verde, Saco Grande II e proximidades	23/07 Sábado	15:00	Igreja Santo Antônio de Lisboa
X	Balneário Daniela, Ponta Grossa, Jurerê, Canasvieiras, Ratones, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava, Vargem do Bom Jesus, Vargem Pequena, Ingleses, Santinho, Capivari, Muquém e proximidades	30/07 Sábado	15:00	Escola Básica Osmar Cunha
XI	Barra da Lagoa, Lagoa, Porto da Lagoa, Joaquina, Rio Vermelho, Canto e Costa da Lagoa e proximidades	06/08 Sábado	15:00	Sociedade Amigos da Lagoa
XII	Morro das Pedras, Campeche, Rio Tavares, Armação do Pântano do Sul, Costa de Dentro, Cateira da Barra do Sul, Naufragados, Ribeirão da Ilha, Costeira do Ribeirão, Alto Ribeirão, Tapera e proximidades	04/08 5ª-feira	19:00	Conselho Comunitário Fazenda do Rio Tavares
XIII	Chico Mendes, Sta. Teresinha I e II, Novo Horizonte, Nova Esperança, Monte Cristo, Morro do Flamengo, Sapé e proximidades	05/08 6ª-feira	19:00	Centro Comunitário da Chico Mendes

ANEXO 10

Comunidades reclamam obras municipais

Vários representantes das comunidades carentes do continente estiveram reunidos, ontem à tarde, com o secretário Regional do Continente, Dalton Ribeiro, com o objetivo de cobrar uma ação da Secretaria diante de obras aprovadas pelo Orçamento Comunitário e não realizadas. A algumas destas obras chegaram a ter licitações aprovadas e até mesmo prazos marcados. Com cartazes, violões e pandeiros, os manifestantes gritavam em coro: "1, 2, 3, 4, 5" queremos que a prefeitura cumpra o que assumiu."

Entre as obras drenagens, pontos de saúde, pontos de ônibus, praças, pavimentação de ruas e redes de esgoto, todas devidamente aprovadas pelo orçamento participativo. A falta de pavimentação e drenagem da comunidade de Santa Terezinha foi um dos pontos mais polêmicos. O projeto já havia passado por licitação e até uma data para



Representantes queixaram-se ao secretário do Continente

inauguração já havia sido marcada. Mas um problema de ordem financeira, junto a um novo projeto aprovado e com verba disponível, de saneamento impediram os trabalhos. "De que adianta pavimentar e drenar toda uma rua para depois ter que abri-la para o esgoto?", questionava

Dalton Ribeiro à comunidade. Ele continuou, explicando que "um orçamento é apenas uma permissão para um gasto, mas não uma liberação de verba". Tal explicação surgiu porque alguns representantes da comunidade questionavam sobre o destino das verbas de um orçamento aprovado se as

obras não puderam ser feitas.

Como desse contato entre a comunidade e secretário não foi tirada nenhuma resolução, foi convocado para a reunião o secretário de Planejamento, Romeu Porto Daros, para reforçar as informações sobre o orçamento. Após apresentar contas de obras realizadas em fase final, Romeu Daros reforçou a questão da comunidade de Santa Terezinha e explicou que "o projeto da Nova Horizonte e Chico Mendes dependem apenas de que a Cohab entregue o projeto, pois que só a partir daí poderá ser aberta uma licitação".

Na presença dos secretários do Continente e do Planejamento ficou finalmente decidido que novas reuniões seriam marcadas com Casar Cohab, Prefeitura e secretarias para a cobrança de prazos para realização dos projetos. A primeira acontece hoje, pela manhã, com a diretoria da Casan.

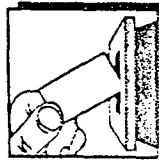
ANEXO 11

V AJUDA IMPORTANTE (1)

BIRD financia o combate à AIDS

Verba de US\$ 4 milhões do Banco Mundial será usada no controle e prevenção à doença nos próximos 3 anos. SC tem 1.312 casos registrados

Nos próximos três anos, a Secretaria Estadual da Saúde, órgãos municipais e não-



governamentais de vem concentrar as atenções e os recursos na prevenção da AIDS. Estes organismos vão contar com 4 milhões de dólares financiados pelo BIRD (Banco Mundial) para desenvolver todo o programa de prevenção e controle da doença nesse período. Do total, 350 mil dólares chegaram e já estão sendo usados. Aquilo que parece uma babilônia de dinheiro, acaba sendo pouco, pois só um paciente de AIDS consome 17 mil dólares por ano, entre assistência médica, internação, remédios e outros gastos. E,

Santa Catarina já registrou 1.312 casos da doença.

Segundo a gerente de Controle da AIDS da Secretaria da Saúde, Elma Fior da Cruz, neste planejamento existem duas grande mudanças em relação aos anteriores. O primeiro fato novo é que há o dinheiro do financiamento internacional e, segundo, o planejamento está sendo feito com a participação dos municípios catarinenses, que até então recebiam as diretrizes determinadas pela Secretaria.

CONTROLE - A falta de dinheiro sempre foi um dos problemas para a prevenção e para o controle da doença, mas Elma ressalta que às vezes havia verba, que nem sempre era empregada conforme a necessidade das re-

Hora de discutir



IRINEU DALLA VALLEDC

Encontro serviu para planejar a aplicação dos recursos segundo as reais necessidades dos municípios

gibes. Com a participação dos municípios no planejamento, a gerente acredita que a verba será investida dentro das prioridades locais.

Elma Fior da Cruz ressaltou que os 4 milhões de dólares do Banco Mundial são insuficientes para realizar todo o trabalho nos próximos três anos, mas este valor deverá ser aumentado com verbas estaduais e municipais. Na divisão de tarefas, caberá ao Estado investir em materiais de consumo, em diagnósticos e na assistência hospitalar. E os municípios vão colaborar com o espaço físico e com o pagamento do pessoal que trata com prevenção e com os doentes. ■ SEGUIR

ANEXO 12

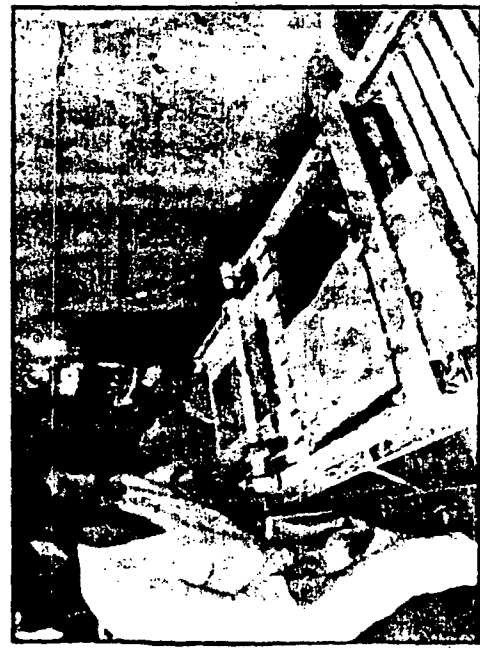
Oficina do Saber, nova escola

No Setor de Educação do Cedeep (Centro de Educação e Evangelização Popular), há um projeto especial - Oficina do Saber - que visa repassar um reforço pedagógico para a criança em processo de alfabetização. "As oficinas não pretendem substituir a escola convencional, mas juntas descobrir outras formas de saber", explica a psicóloga Catarina Gewer, uma das responsáveis pelo trabalho.

As oficinas começaram a se estruturar há quatro anos, depois de uma pesquisa do Cedeep sobre evasão escolar na Escola Básica América Dutra Machado, em Florianópolis. Da primeira para a oitava série, cerca de 5% das crianças abandonavam os estudos. Ent: a primeira e segunda séries, o índice atingia 50%.

No total, 13 profissionais são responsáveis pelo projeto, divididos em atividades

psicopedagógicas e artísticas. As aulas são ministradas em espaços disponíveis na comunidade e acontecem de segunda a quinta-feira. Nas sextas, são feitas reuniões para avaliar o trabalho nas oficinas. Embora enfrentando problemas financeiros e de infra-estrutura, as oficinas estão em funcionamento em quatro comunidades da Capital Ilha-Continente, Nova Esperança, Novo Horizonte e Santa Terezinha.



Comunidades criam novas formas de auto-sustento

INFORMATIVO CEDEP n.º 6



EDUCADORAS ITALIANAS VISITAM OFICINAS

Dois educadoras da Escola Pública Trento e Trieste, de Roma/Itália visitaram o Projeto Oficinas do Saber coordenado pelo setor de educação do CEDEP. A visita faz parte do trabalho de interculturalidade desenvolvido entre educadores/crianças italianas com os educadores/crianças brasileiras.

Emília e Lucialba estiveram em Florianópolis de 17 a 25 de agosto, visitando as



oficinas, conhecendo professores e crianças envolvidas no trabalho e vivenciando com o CEDEP uma relação, não só pedagógica mas de afetividade.

Junto com as educadoras esteve também o fotógrafo italiano Luciano de Luca que veio documentar as atividades das crianças da Oficina do Saber. Luciano é ligado ao Movimento de Cooperação Educativa Italiano.